Seis Milhões Realmente Morreram?

Richard Harwood

(1974)

Editorial AAARGH
Internet 2003

Introdução

Claro, propaganda de atrocidades não é nada novo. Ela acompanhou cada conflito no século XX e sem dúvida continuará a fazê-lo. Durante a Primeira Guerra Mundial, os alemães foram acusados de devorar bebês belgas, bem como se divertir em jogá-los para o alto e trespassá-los com baionetas. Os britânicos também alegavam que as forças alemãs estavam operando uma "Fábrica de Corpos", na qual eles cozinhavam os corpos de seus próprios mortos para obter glicerina e outras mercadorias, um insulto calculado à honra do Exército Imperial. Depois da guerra, entretanto, vieram as retratações; de fato, uma declaração pública foi feita pelo Secretário de Assuntos Estrangeiros na Câmara dos Comuns pedindo desculpas pelos insultos à honra alemã, admitindo que estes eram propaganda de guerra. Nenhuma declaração parecida foi feita após a II Guerra.

De fato, ao invés de diminuir com a passagem dos anos, a propaganda de atrocidades no que se refere à ocupação alemã, e em particular seu tratamento em relação aos judeus, nada fez além de aumentar sua virulência, e rebuscar o catálogo de horrores. Horríveis livros continuam a sair das editoras, adicionando continuamente à crescente mitologia dos campos de concentração, e, especialmente, á história de que não menos de Seis Milhões de Judeus foram exterminados neles. As páginas seguintes irão revelar que esta afirmação é a mais colossal ficção e o engano de maior sucesso; mas aqui pode ser feita uma tentativa de responder a uma importante questão: O que fez o destino das histórias de atrocidades da Segunda Guerra Mundial ser tão diferente do das da Primeira Guerra? Porque as últimas foram retiradas, enquanto as primeiras são reiteradas mais alto do que nunca? É possível que a história dos Seis Milhões esteja servindo a um propósito político, e mesmo que seja uma chantagem política? Até onde o povo judeu esteja preocupado, este engano tem sido de um bem incalculável. Toda raça e nacionalidade teve sua quota de sofrimento na Segunda Guerra Mundial, mas nenhuma foi tão elaborada com sucesso e transformada em tão grandes vantagens.

A alegada extensão de sua perseguição rapidamente enviou simpatia para o Lar Nacional Judeu que eles haviam buscado por tanto tempo; depois da guerra, o governo britânico fez pouco para evitar a imigração judaica à Palestina que eles haviam declarado ilegal, e não foi muito depois que os sionistas conseguiram o governo da terra da Palestina, e criaram seu refúgio contra a perseguição, o Estado de Israel. De fato, é um acontecimento digno de nota que o povo judeu emergiu da Segunda Guerra Mundial como nada menos que uma minoria triunfante. Dr. Max Nussbaum, ex-rabino chefe da comunidade judaica de Berlim, declarou a 11 de abril de 1953: "A posição que o povo judeu ocupa no mundo hoje - apesar das perdas enormes - é dez vezes mais forte do que há dez anos atrás". Deve ser também dito, se quisermos ser honestos, que esta força foi muito consolidada financeiramente pelo suposto massacre de Seis Milhões, sem dúvida a mais lucrativa alegação de atrocidade de todos os

tempos. Até hoje, o impressionante total de seis mil milhões de libras foi pago como compensação pelo Governo Federal da Alemanha Ocidental, em sua maioria ao Estado de Israel (que sequer existia na Segunda Guerra), bem como a pedintes judeus individuais.

Desencorajamento do nacionalismo

Em termos de chantagem política, entretanto, a alegação de que Seis Milhões de Judeus morreram durante a II Guerra Mundial tem implicações bem mais longínquas para os povos da Grã-Bretanha e da Europa, do que simplesmente as vantagens que deu à nação judaica. E aqui vem o ponto crucial da questão: Por quê a Grande Mentira? Qual é o seu propósito? Em primeiro lugar, tem sido utilizada bem inescrupulosamente para desencorajar toda a forma de nacionalismo. Se o povo da Grã-Bretanha ou de qualquer outro país europeu tentar afirmar seu patriotismo e preservar sua identidade nacional numa época em que a própria existência dos Estados-Nações está ameaçada, eles seriam imediatamente declarados "neonazistas". Isto porque, claro, nazismo era nacionalismo, e todos sabemos o que ocorreu então: Seis Milhões de Judeus foram exterminados! Então, enquanto o mito for perpetuado, os povos em todo o mundo ficarão escravizados a ele; a necessidade de tolerância e entendimento internacionais será paulatinamente destruída pelas Nações Unidas, até que a nação e o sentimento nacional em si mesmos, a grande garantia da liberdade, sejam destruídos. Um exemplo clássico do uso dos "Seis Milhões" como uma arma anti-nacional aparece no livro de Manvell e Frankl, *The Incomparable Crime* (O Crime Incomparável, Londres, 1967), que fala de "Genocídio no Século XX".

Qualquer um com orgulho em ser britânico ficará um pouco surpreso com o violento ataque feito ao Império Britânico neste livro. Os autores citam Pandit Nehru, que escreveu o seguinte enquanto numa prisão britânica na Índia: "Desde que Hitler emergiu da obscuridade e se tornou o Führer da Alemanha, nós ouvimos bastante sobre racialismo e a doutrina do "*Herrenvolk*" (Povo de Senhores)... Mas na Índia nós conhecemos o racialismo em todas as suas formas desde o começo do domínio britânico. Toda a ideologia deste domínio era a do "Herrenvolk" e da raça superior... Índia como uma nação e indianos como indivíduos eram sujeitos à insultos e à humilhação. Os ingleses eram uma raça imperial, éramos ensinados, com o direito dado por Deus de nos governar e nos manter em sujeição; se protestávamos éramos lembrados das 'qualidades de tigre de uma raça superior'". Os autores Manvell e Frankl então exemplificam perfeitamente o ponto para nós: "As raças brancas da Europa e da América", escrevem, "se acostumaram durante séculos a se considerarem como um 'Herrenvolk'. O século 20, o século de Auschwitz, também alcançou o primeiro estágio do reconhecimento da associação multi-racial" (ibid. p. 14).

O problema racial suprimido

Alguém dificilmente poderia não perceber o objetivo dessa diatribe, com sua dica sobre "associação multi-racial". Portanto a acusação dos Seis Milhões é usada não somente para minar o princípio da Nação e orgulho nacional, mas ameaça a sobrevivência da Raça em si mesma. É infundida na cabeça da população, como o medo do fogo do inferno e da danação eterna o eram na Idade Média. Muitos países do mundo anglo-saxônico, notadamente Grã-

Bretanha e Estados Unidos, estão frente a frente com o maior perigo de sua História, o perigo representado por raças estrangeiras em seu meio. A não ser que algo seja feito na Grã-Bretanha para parar a imigração e a assimilação de asiáticos e africanos, nós veremos em um futuro próximo, bem diferente da matança em um conflito racial, com a alteração biológica e destruição do povo britânico como ele existiu desde a vinda dos saxões. Resumindo, estamos sendo ameaçados com a perda irrecuperável da nossa cultura européia e de nossa herança racial. Mas o que acontece com alguém que ousa falar do problema racial, e de suas implicações políticas e biológicas? Ele é declarado a mais odiosa das criaturas, um "racialista". E o que é racialismo: claro, a porta de entrada do Nazismo! Eles (a todo mundo é contado, de qualquer maneira) mataram Seis Milhões de Judeus por causa do racialismo, então deve ser algo na verdade muito mau. Quando Enoch Powell chamou atenção aos perigos criados pela imigração de pessoas de cor à Grã-Bretanha em um de seus primeiros discursos, um certo proeminente socialista levantou o espectro de Dachau e Auschwitz para silenciar seus argumentos. Portanto qualquer discussão racional sobre os problemas da Raça e o esforço para preservar a integridade racial são efetivamente desencorajados. Ninguém poderia ter outra coisa além de admiração pela maneira com que os judeus conseguiram preservar sua raça depois de tantos séculos, e continuam a fazê-lo hoje. Neste esforço eles foram francamente ajudados pela história dos Seis Milhões que, quase como um mito religioso, deram acento à necessidade de maior solidariedade racial entre os judeus. Infelizmente, trabalhou quase no sentido oposto para todos os outros povos, tornando-os impotentes em seu esforço para auto-preservação. O objetivo das próximas páginas é simplesmente dizer a Verdade. O eminente historiador norte-americano Harry Elmer Barnes uma vez escreveu que "uma tentativa de se fazer uma competente, objetiva e verdadeira investigação da questão do extermínio... é certamente a tarefa mais precária que um historiador ou demógrafo poderia tentar fazer hoje". Em tentar esta tarefa precária, esperamos fazer alguma contribuição, não apenas à verdade histórica, mas na direção de retirar o peso de uma mentira de nossos próprios ombros, para que possamos livremente confrontar os perigos que ameaçam a todos nós.

Richard E. Harwood, 1974

1. A POLÍTICA ALEMÃ EM RELAÇÃO AOS JUDEUS ANTES DA GUERRA

Certa ou erroneamente, a Alemanha de Adolf Hitler considerava os judeus como elementos desleais e avarentos dentro da comunidade nacional, bem como uma força de decadência na vida cultural da Alemanha. Isto era considerado particularmente insalubre desde que, durante o período de Weimar, os judeus haviam ascendido a uma posição de notável força e influência na nação, particularmente nas Leis, Finanças e Mídia de Massa, apesar de constituírem apenas 5 por cento da população. O fato de que Karl Marx era judeu e que judeus como Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht eram desproporcionalmente proeminentes dentro da liderança dos movimentos revolucionários na Alemanha, também tendeu a convencer os nazistas das poderosas tendências internacionalistas e comunistas do povo judeu em si mesmo. Não é parte da discussão aqui argumentar se a atitude alemã em relação aos judeus era certa ou não, ou julgar se as medidas legislativas contra eles eram justas ou injustas. Nossa preocupação é simplesmente com o fato de que, acreditando isto dos judeus, a solução dos nazistas ao problema era privá-los de sua influência na nação por meio de vários atos legislativos, e, mais importante de tudo, encorajar sua imigração para fora do país. Por 1939, a grande maioria dos judeus alemães tinha emigrado, todos eles com uma proporção considerável de seus bens. Nunca, em tempo algum, tinha a liderança nazista contemplado uma política de genocídio contra eles.

JUDEUS CHAMARAM IMIGRAÇÃO DE "EXTERMÍNIO"

É muito significante, entretanto, que certos judeus foram velozes em interpretar estas políticas de discriminação interna como equivalente a exterminação em si mesmas. Um livro de propaganda anti-alemã de 1936 feito por Leon Feuchtwanger e outros intitulado *Die gelbe Fleck: Die Ausrottung von 500,000 deutschen Juden*(Paris 1936), nos dá um exemplo típico. Apesar de sua falta de bases de fato, a aniquilação dos judeus é discutida desde as primeiras páginas - emigração para fora sendo considerada como "extermínio físico" dos judeus alemães. Os campos de concentração nazistas para prisioneiros políticos também são vistos como instrumentos potenciais de genocídio, e referência especial é feita aos 100 judeus ainda presos em Dachau em 1936, dos quais 60 estavam lá desde 1933. Um exemplo mais a fundo era o sensacional livro do comunista judeu-alemão Hans Beimler, chamado *Four Weeks in the Hands of Hitler's Hell-Hounds: The Nazi Murder Camp of Dachau*, que foi publicado em Nova York tão cedo quanto 1933. Preso por suas filiações marxistas, ele

alegou que Dachau era um campo de extermínio, apesar de ele mesmo admitir que fora solto depois de apenas um mês lá. O regime atual na Alemanha Oriental dá agora um Prêmio Hans Beimler por serviços prestados ao Comunismo. O fato de que propaganda anti-nazista de genocídio estava sendo disseminada em uma data tão recuada, por pessoas "suspeitas" por causa de sua raça ou idéia política, deveria sugerir extremo cuidado para um observador independente quando se aproximarem histórias similares do período da guerra. O encorajamento da emigração judaica não deve ser confundido com o propósito dos campos de concentração na Alemanha pré-guerra. Estes eram usados para a detenção de oponentes políticos e subversivos - principalmente liberais, social-democratas e comunistas de todos os tipos, dos quais uma proporção era judia como Hans Beimler. Diferentemente dos milhões escravizados na União Soviética, a população dos campos de concentração alemães era sempre pequena; Reitlinger admite que entre 1934 e 1938 raramente excedeu 20.000 por toda a Alemanha, e que o número de judeus não passou de 3.000. (*The S.S.: Alibi of a Nation*, Londres, 1956. p.253).

A POLÍTICA SIONISTA ESTUDADA

A visão nazista da emigração judaica não estava limitada a uma política negativa de simples expulsão, mas formulada de acordo com as linhas do sionismo moderno. O fundador do sionismo político no século XIX, Theodor Herzl, no seu livro *The Jewish State* (O Estado Judeu), originalmente concebeu Madagascar como um lar nacional para os judeus, e esta possibilidade foi estudada seriamente pelos nazistas. Foi uma parte da plataforma do partido antes de 1933 e era publicada pelo partido em forma de panfleto. Dizia que a reaparição de Israel como o Estado judeu seria muito menos aceitável desde que iria resultar numa guerra perpétua e numa dissidência no mundo árabe, o que depois realmente aconteceu. Os alemães não foram originais em propor a inigração judaica à Madagascar; o governo polaco já tinha considerado a idéia a respeito de sua própria população judaica, e em 1937 eles mandaram missão a Madagascar de Michael Lepecki, acompanhado por representantes judeus, para investigar os problemas envolvidos. A primeira proposta nazista para solução Madagascar foi feita em associação com o Plano Schacht de 1938. Seguindo o conselho de Goering, Hitler aceitou mandar o presidente do Reichsbank, Hjalmar Schacht, para Londres para discutir com os representantes judaicos Lord Bearsted e Mr. Rublee de Nova York (cf. Reitlinger, *The Final Solution*, Londres, 1953, pg. 20). O plano era de que as riquezas dos judeus alemães seriam congeladas como garantia para um empréstimo internacional para financiar a emigração judaica à Palestina, e Schacht mandou um relatório destas negociações a Hitler em Berchtesgaden a 2 de janeiro de 1939. O plano, que falhou devido à recusa britânica de aceitar os termos financeiros, foi pela primeira vez planejado em 12 de novembro de 1938 em uma conferência presidida por Goering, que revelou que Hitler já estava considerando a emigração dos judeus para uma colônia em Madagascar (ibid., pg. 21). Mais tarde, em dezembro, M. Georges Bonnet, o secretário do Estrangeiro francês, contou a Ribbentrop de que o governo francês mesmo estava planejando a evacuação de 10.000 judeus para Madagascar. Antes das propostas palestinas

de Schacht de 1938, que eram essencialmente a ação retardada de discussões que começaram tão cedo quanto 1935, numerosas tentativas foram feitas para assegurar a emigração judaica para outras nações européias, e estes esforços culminaram na Conferência de Evian de julho de 1938. Entretanto, lá por 1939 a idéia da emigração judaica para Madagascar ganhou a primazia nos círculos alemães. É verdade que em Londres Helmuth Wohltat da Secretaria do Negócios Estrangeiros alemã discutiu uma limitada imigração judaica para a Rodésia e a Guiana britânica em abril de 1939; mas, em 24 de janeiro, quando Goering escreveu ao Ministro do Interior Frick ordenando a criação de um Escritório Central de Emigração para os Judeus, e designou Heydrich do Escritório Central da Segurança do Reich (Reich Security Head Office) para resolver o problema judaico "pelos meios de emigração e evacuação", o plano Madagascar estava sendo estudado a sério. Em 1939, os consistentes esforços do Governo Alemão para assegurar a saída dos judeus do Reich tinha resultado na emigraçãode 400.000 judeus alemães de uma população total de mais ou menos 600.000, e um adicional de 480.000 emigrantes da Áustria e da Tchecoslováquia, que constituiam quase que a totalidade de sua população judaica. Isto havia sido conseguido pelos Escritórios de Emigração Judaica em Berlim, Viena e Praga estabelecidos por Adolf Eichmann, chefe do Escritório de Investigação Judaica (Jewish Investigation Office) da Gestapo. Tão ávidos estavam os alemães de assegurar esta emigração que Eichmann até estabeleceu um centro de treinamento na Áustria, onde jovens judeus podiam aprender agricultura em antecipação a serem "contrabandeados" ilegalmente à Palestina (Manvell & Frankl, *S.S. and Gestapo*, p. 60).

Se Hitler tivesse pensado qualquer intenção de matar os judeus, é inconcebível que ele teria permitido a mais de 800.000 deixar o território do Reich com grande parte de sua riqueza, muito menos considerado planos para emigração em massa para a Palestina e Madagascar. E mais, nós veremos que a política de emigração da Europa estava ainda em consideração durante o período da guerra, notadamente o Plano Madagascar, que Eichmann discutiu em 1940 com os experts do Escritório Colonial Francês depois que a derrota da França tornou a entrega da colônia uma proposição prática.

2. A POLÍTICA ALEMÃ EM RELAÇÃO AOS JUDEUS APÓS O COMEÇO DA GUERRA

Com a chegada da guerra, a situação em relação aos judeus mudou drasticamente. Não é muito conhecido que os judeus do mundo se declararam uma força beligerante na Segunda Guerra Mundial, e que portanto havia ampla base na lei internacional para os alemães internarem a população judaica como uma força hostil. A 5 de setembro de 1939, Chaim Weizmann, o principal líder sionista, declarou guerra contra a Alemanha em nome dos judeus do mundo, afirmando que "os judeus estão ao lado da Grã-Bretanha e irão lutar ao lado das democracias... A Agência Judaica (*Jewish Agency*) está pronta para entrar em imediatas preparações para a utilização do potencial humano judaico, abilidade técnica, recursos, etc..." (*Jewish Chronicle*, 8 de setembro de 1939).

DETENÇÃO DOS ESTRANGEIROS INIMIGOS

Todos os judeus haviam portanto sido declarados agentes desejando fazer a guerra contra o Reich alemão, e, como uma conseqüência, Himmler e Heydrich estavam prontos a começar a política de internamento. É válido lembrar que os Estados Unidos e o Canadá já tinham internado todos os estrangeiros japoneses e cidadãos de ascendência japonesa antes que os alemães aplicassem as mesmas medidas de segurança contra os judeus europeus. E mais: não tinha havido nenhuma evidência ou declaração de deslealdade desses japoneses-americanos como a que havia sido dada por Weizmann. Os britânicos também, durante a Guerra dos Bôeres, internaram todas as mulheres e crianças da população, e milhares morreram em resultado, e de nenhuma maneira podem os britânicos ser acusados de quererem exterminar os bôeres.

O detenção dos judeus nos territórios ocupados da Europa serviram a dois propósitos essenciais do ponto de vista alemão. O primeiro era prevenir descontentamento e subversão; Himmler informou a Mussolini no dia 11 de outubro de 1942, que a política alemã em relação aos judeus havia mudado durante a guerra totalmente por razões de segurança militar. Ele reclamou dos milhares de judeus nas regiões ocupadas que estavam mantendo luta guerrilheira (partisan warfare), sabotagem e espionagem, uma visão confirmada pelo informação oficial soviética dada a Raymond Arthur Davis de que não menos que 35.000 judeus europeus estavam lutando na guerrilha sob o comando de Tito na Iugoslávia. Como resultado, os judeus deveriam ser transportados para áreas restritas e campos de detenção, ambos na Alemanha, e, especialmente depois de março de 1942, no Governo-Geral da Polônia.

Durante o prosseguimento da guerra, a política se desenvolveu no sentido de utilizar prisioneiros judeus como trabalho no esforço de guerra. A questão do trabalho é fundamental quando se considera o alegado plano de extermínio dos judeus, porque, no campo da lógica apenas isto iria ser o mais sem sentido desperdício de homens, tempo e energia enquanto mantendo uma guerra pela sobrevivência em dois fronts. Certamente depois do ataque à Rússia, a idéia do trabalho compulsório tomou precedência nos planos alemães para a emigração judaica. O protocolo de uma conversação entre Hitler e o regente húngaro Horthy em 17 de abril de 1943, revela que o líder alemão pessoalmente pediu a Horthy que liberasse 100.000 judeus húngaros para trabalhar no "programa de aviação de caça" (*pursuit-plane programme*) da Luftwaffe no tempo em que o bombardeio da Alemanha estava aumentando (Reitlinger, *Die Endlösung*, Berlim, 1956, p. 478). Isto tomou lugar quando, supostamente, os alemães já estavam procurando exterminar os judeus, mas o pedido de Hitler claramente demonstra sua prioridade de expandir sua força de trabalho.

Em harmonia com este programa, os campos de concentração se tornaram, de fato, complexos industriais. Em todo campo onde judeus e outras nacionalidades eram detidos, existiam grandes complexos industriais fornecendo material para o esforço de guerra alemão - a fábrica de borracha de Buna em Bergen-Belsen, por exemplo. Buna e I. G. Farben Industrie em Auschwitz e a firma elétrica Siemens em Ravensbrück. Em muitos casos, notas

de dinheiro especiais para campos de concentração foram dadas como pagamento pelo trabalho, permitindo assim que os prisioneiros comprassem rações extras das lojas do campo. Os alemães estavam determinados a obter o maior retorno econômico possível do sistema de campos de concentração, um objetivo bem diferente de um plano para exterminar milhões de pessoas neles. Era a função do Escritório S.S. de Economia e Administração (S.S. Economy and Administration Office), liderado por Oswald Pohl, garantir que os campos de concentração se tornassem grandes produtores industriais.

EMIGRAÇÃO AINDA FAVORECIDA

É um fato notável, entretanto, que já no meio da guerra, naquele período, os alemães continuaram a implementar a política de emigração judia. A queda da França em 1940 permitiu que o governo alemão abrisse sérias negociações com os franceses para a transferência dos judeus europeus a Madagascar. O memorando de agosto de 1942 de Luther, secretário-de-Estado do Ministério do Exterior alemão, revela que ele conduziu negociações entre julho e dezembro de 1940, quando foram suspensas pelos franceses. Uma circular do departamento de Luther datada de 15 de agosto de 1940 mostra que os detalhes do plano alemão haviam sido feitos por Eichmann, pois é assinada pelo seu assistente, Dannecker. Eichmann havia de fato sido encarregado em agosto de esboçar um detalhado Plano Madagascar, e Dannecker foi mandado pesquisar sobre Madagascar no Escritório Colonial Francês (French Colonial Office) (Reitlinger, *The Final Solution*, p. 77). As propostas de 15 de agosto eram de que um banco inter-europeu financiaria a emigração de 4 milhões de judeus em um programa por fases. O memorando de Luther de 1942 mostra que Heydrich tinha obtido a aprovação de Himmler para o plano antes do fim de agosto e que também o tinha submetido a Goering. Certamente contou também com a aprovação de Hitler, pois tão cedo quanto 17 de junho seu intérprete, Schmidt, se lembra de Hitler dizendo a Mussolini que "É possível fundar um Estado de Israel em Madagascar" (Schmidt, *Hitler's Interpreter*, London, 1951, p. 178).
Apesar dos franceses terminarem com as negociações de Madagascar em dezembro de 1940, Poliakov, chefe do Centro de Documentação Judaica de Paris, admite que os alemães entretanto mantiveram as expectativas, e que Eichmann ainda estava trabalhando com ele através de 1941. Eventualmente, entretanto, foi considerado impraticável pelo prosseguimento da guerra, em particular após a invasão da Rússia, e a 10 de fevereiro de 1942, o Ministério do Exterior foi informado de que o plano havia sido temporariamente abandonado. Esta ordem, mandada ao Ministério do Exterior pelo assistente de Luther, Rademacher, é de grande importância, porque demonstra sem sombra de dúvida que o termo "Solução Final" significava apenas a emigração dos judeus, e também que o transporte aos ghettos e campos de concentração como Auschwitz constituia nada além de um plano alternativo de evacuação. A diretiva conta: "A guerra com a União Soviética tem no meio tempo criado a possibilidade da utilização de outros territórios para a Solução Final. Em conseqüência, o Führer decidiu que os judeus não deverão ser evacuados para Madagascar e sim para o Leste. Madagascar portanto não é mais considerada em conexão com a Solução

Final" (Reitlinger, ibid., p. 79). Os detalhes desta evacuação foram discutidos um mês antes na Conferência de Wannsee em Berlim, a qual examinaremos abaixo.

Reitlinger e Poliakov ambos fazem a suposição inteiramente infundada de que, se o Plano Madagascar havia falhado, os alemães estariam necessariamente pensando em "exterminação". Apenas um mês após, entretanto, a 7 de março de 1942, Goebbels escreveu um memorando em favor do Plano Madagascar como a "Solução Final" da questão judaica (Manvell & Frankl, *Goebbels*, London, 1960, p. 165). No meio tempo ele aprovou a "concentração a Leste dos judeus". Depois, os memorandos de Goebbels também falam da deportação ao Leste (i.e. o Governo Geral da Polônia) e colocam ênfase na necessidade de trabalho compulsório lá; uma vez que a política de evacuação a Leste havia sido inaugurada, o uso de trabalho judaico se tornou uma parte fundamental da operação. É perfeitamente claro do exposto acima que o termo "Solução Final" foi aplicado tanto a Madagascar quanto aos territórios do Leste, e que portanto significava apenas a evacuação dos judeus.

Tão tarde quanto maio de 1944, os alemães estavam preparados para permitir a emigração de 1 milhão de judeus da Europa. Uma descrição desta proposta nos é dada por Alexander Weissberg, o proeminente cientista judeu-soviético deportado durante os purgos de Stalin, no seu livro *Die Geschichte von Joel Brand* (Cologne, 1956). Weissberg, que passou a guerra em Cracóvia apesar de esperar que os alemães o internassem num campo de concentração, explica que com a autorização pessoal de Himmler, Eichmann mandou o líder judaico de Budapeste, Joel Brand, a Istambul, com uma oferta aos Aliados para permitir a transferência de um milhão de judeus europeus em meio à guerra. (Se acreditarmos nos escritores exterminacionistas, haviam escarçamente um milhão de judeus vivos em maio de 1944). A Gestapo admitiu que o transporte envolvido seria de grande inconveniência para o esforço de guerra alemão, mas estava preparada para permiti-lo em troca de 10.000 caminhões para serem usados exclusivamente no front russo. Infelizmente, o plano não deu em nada: os britânicos concluiram que Brand devia ser um perigoso agente nazista e imediatamente o prenderam no Cairo, enquanto a Imprensa noticiava a oferta como um truque nazista. Winston Churchill, apesar de discursar que o tratamento dos judeus húngaros era provavelmente "o maior e mais horrível crime jamais cometido na história do mundo", contudo disse a Chaim Weizmann que aceitar a oferta Brand era impossível, porque seria uma traição de seus aliados russos. Apesar de que o plano foi sem frutos, ilustra bem que ninguém alegadamente fazendo um processo de extermínio iria permitir a emigração de um milhão de judeus, e demonstra, também, a importância primeva dada pelos alemães ao esforço de guerra.

3. POPULAÇÃO E EMIGRAÇÃO

Estatísticas relativas à população judia não são conhecidas em detalhes precisos, as aproximações para vários países diferindo grandemente, e é também desconhecido quantos judeus foram deportados e internados em algum tempo entre 1939 e 1945. Em geral, entretanto, as estatísticas existentes, especialmente aquelas referentes à emigração, são suficientes para demonstrar que nem uma fração dos seis milhões de judeus poderia ter sido

exterminada.
Em primeiro lugar, o número não pode nem remotamente se basear no exame dos dados sobre a população judia européia. De acordo com a *Chamber Encyclopaedia* o número total de judeus vivendo na Europa antes da guerra era de 6.500.000. Claramente, isto significaria que quase todo o número teria sido exterminado. Mas a *Baseler Nachrichten*, uma publicação suíça neutra empregando dados estatísticos judaicos existentes, diz que, entre 1933 e 1945, 1.500.000 judeus emigraram para a Grã-Bretanha, Suécia, Espanha, Portugal, Austrália, China, Índia, Palestina e os Estados Unidos. Isto é confirmado pelo jornalista judeu Bruno Blau, que cita o mesmo número o jornal judaico nova-iorquino *Aufbau*, a 13 de agosto de 1948. Deste imigrantes, aproximadamente 400.000 vieram da Alemanha antes de setembro de 1939. Isto é confirmado pelo Congresso Mundial Judaico em sua publicação *Unity in Dispersion* (p. 377), que afirma que: "A maioria dos judeus alemães teve sucesso em deixar a Alemanha antes do começo da guerra". Em adição aos judeus alemães, 220.000 do total de 280.000 judeus austríacos emigraram até setembro de 1939, enquanto que de março de 1939 em diante o Instituto de Emigração Judaica em Praga havia assegurado a emigração de 260.000 judeus da antiga Tchecoslováquia. No total, apenas 360.000 judeus permaneciam na Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia após setembro de 1939. Da Polônia, uma estimativa de 500.000 emigraram antes do início da guerra. Estes número indicam que o número de emigrantes judeus de outros países europeus (França, Holanda, Itália, os países da Europa Oriental, etc.) era de aproximadamente 120.000.
Este êxodo de judeus antes e durante as hostilidades, portanto, reduz o número de judeus na Europa a aproximadamente 5.000.000. Em adição a esses emigrantes, devemos também incluir aqueles que fugiram para a URSS depois de 1939, e que foram migrantes da Polônia. Mas, tirando a Polônia, Reitlinger admite que 300.000 outros judeus europeus escaparam ao território soviético entre 1939 e 1941. Isto traz o total de emigrantes à Rússia Soviética a mais ou menos 1.550.000. Na revista Colliers, dia 9 de junho de 1939, Freiling Foster, escrevendo sobre os judeus na Rússia, explicou que "2.200.000 emigraram para a URSS desde 1939 para escapar aos nazistas", mas nossa estimativa mais baixa é provavelmente mais acurada.
A imigração judaica para a URSS, portanto, reduz o número de judeus na esfera de influência alemã para mais ou menos 3,5 milhões, aproximadamente 3.450.000. Destes devem ser deduzidos aqueles judeus vivendo em países neutros que escaparam ás conseqüências da guerra. De acordo com o 1942 World Almanac (p. 594), o número de judeus vivendo em Gibraltar, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, Suécia, Suíça, Irlanda e Turquia era 413.128.

MILHÕES DE JUDEUS NA EUROPA

Um número, em conseqüência, de aproximadamente 3 milhões de judeus na Europa ocupada é tão acurado quanto as estatísticas sobre emigração permitem. Aproximadamente o mesmo número, entretanto, pode ser deduzido de outro modo se examinarmos estatísticas das populações judaicas restantes nos países ocupados pelo Reich. Mais da metade dos judeus

que migraram para a URSS a partir de 1939 vieram da Polônia. É freqüentemente afirmado que a guerra com a Polônia adicionou algo como 3 milhões de judeus à esfera de influência alemã e que quase toda esta população judaica foi "exterminada". Este é um grande erro. O censo da população judaica de 1931 na Polônia coloca o número de judeus em 2.732.600 (Reitlinger, *Die Endlösung,* p. 36). Reitlinger diz que pelo menos 1.170.000 destes estavam na zona de ocupação russa no outono de 1939, e que mais ou menos 1 milhão dos quais foram evacuados para os Urais e Sibéria do Sul depois da invasão alemã em junho de 1941 (ibid. p. 50) Conforme o descrito acima, um número estimado de 500.000 judeus emigraram da Polônia antes da guerra. Além disso, o jornalista Raymond Arthur Davis, que passou a guerra na União Soviética, observou que aproximadamente 250.000 já tinha fugido da Polônia ocupada pela Alemanha para a Rússia entrre 1939 e 1941 e que podiam ser encontrados em qualquer província soviética (*Odyssey Through Hell*, N.Y., 1946). Subtraindo tais números do total de 2.732.600, e permitindo o crescimento normal da população, não mais que 1.100.000 judeus poloneses poderiam ter ficado sob o controle alemão ao final de 1939 (*Gutachten des Institutes für Zeitgeschichte*, Munich, 1956, p. 80).
A este número poderíamos adicionar os 360.000 judeus que ficaram na Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia (Boêmia-Morávia e Eslováquia) depois da grande emigração destes países antecedendo a guerra descrita acima. Dos 320.000 judeus franceses, o Promotor Público representando aquela parte das acusações envolvendo a França nos Julgamentos de Nürnberg, afirmou que 120.000 foram deportados. Reitlinger estima apenas 50.000. Portanto o número total de judeus debaixo da ordem nazista fica abaixo de 2 milhões. Deportações dos países escandinavos foram poucas, e da Bulgária até mesmo nenhuma. Quando as populações judaicas da Holanda, (140.000), Bélgica (40.000), Itália (50.000), Iugoslávia (55.000), Hungria (380.000) e Romênia (725.000) são incluídas, o número não excede por muito 3 milhões. Este excesso é devido ao fato de que os números acima são estimativas do pré-guerra não afetadas pela emigração, que destes países foi de mais ou menos 120.000 (ver acima). Esta examinação cruzada, portanto, confirma uma estimativa de 3 milhões de judeus europeus debaixo da ocupação alemã.

JUDEUS RUSSOS EVACUADOS

Os números precisos concernentes aos judeus russos são desconhecidos, e portanto foram vítimas de extremos exageros. O estatístico judeu Jacob Leszczynski afirma que em 1939 haviam 2.100.000 judeus na Rússia posteriormente ocupada pelos alemães, isto é, Rússia ocidental. Em adição, algo como 260.000 viviam nos Estados bálticos da Lituânia, Letônia e Estônia. De acordo com Louis Levine, Presidente do Conselho Judaico-Americano para o Socorro à Rússia (American Jewish Council for Russian Relief) que fez um tour no pós-guerra à URSS e escreveu um relatório sobre a situação dos judeus lá, a grande maioria destes números foram evacuados ao leste depois que as tropas alemães lançaram sua ofensiva. Em Chicago, a 30 de outubro de 1946, ele declarou que: "No começo da guerra, os judeus estavam entre os primeiros evacuados das regiões ameaçadas pelos invasores hitleristas, e mandados ao seguro leste dos Urais. Dois milhões de judeus foram salvos

assim". Este grande número é confirmado pelo jornalista judeu David Bergelson, que escreveu no jornal moscovita em íidiche *Ainikeit*, a 5 de dezembro de 1942, que "graças à evacuação, a maioria (80%) dos judeus na Ucrânia, Rússia Branca, Lituânia e Letônia de antes da invasão alemã foram salvos". Reitlinger concorda com a autoridade judaica Joseph Schechtmann, que admite que gigantescos números foram evacuados, apesar de estimar que um número levemente maior de judeus russoe bálticos deixados sob a ocupação alemã, entre 650.000 e 850.000. (Reitlinger, *The Final Solution*, p. 499). A respeito destes judeus soviéticos deixados em território ocupado, será provado posteriormente que não mais que 100.000 pessoas foram mortas pelos Grupos de Ação Alemães (German Action Groups, os *Einsatzgruppen*) como partisans e comissários bolcheviques, não todos eles judeus. Em contraste, os partisans mesmos afirmam terem matado cinco vezes este número de soldados alemães.

"SEIS MILHÕES" INVERÍDICOS SEGUNDO A NEUTRA SUÍÇA

Está claro, portanto, que os alemães não chegaram a ter controle ou exterminar algo como seis milhões de judeus. Excluindo a União Soviética, o número de judeus na Europa ocupada pelos nazistas era escarçamente maior que três milhões, e de maneira nenhuma todos foram internados. Para se chegar perto do extermínio mesmo da metade dos seis milhões teria significado a liquidação de todo o judeu vivente na Europa. A ainda é conhecido que grandes números de judeus estavam vivos na Europa após 1945. Paul Friedmann em *Their Brother's Keepers* (N.Y., 1957, p. 13), afirma que "ao menos 1 milhão de judeus sobreviveram aos horrores do inferno nazista", enquanto o número oficial do Jewish Joint Distribution Committee é de 1.559.600. Então, mesmo se algum aceita a última estimativa, o número de mortes judias possíveis durante a guerra não poderia ter excedido um limite de 1,5 milhão. Precisamente esta conclusão foi alcançada pelo respeitável jornal *Baseler Nachrichten* da neutra Suíça. Em um artigo intitulado "Wie hoch ist die Zahl der jüdischen Opfer?" (Quão alto é o número de vítimas judias?, 13 de junho de 1946), explica que somente na base dos números de população e emigração descritos acima, um máximo de apenas 1,5 milhão de judeus podiam ser contados como perdas. Depois, entretanto, será demonstrado conclusivamente que o número é de fato bem menor, por que o Baseler Nachrichten aceitou o número do Joint Distribution Committee de 1.559.600 sobreviventes após a guerra, mas nós demonstraremos que o número de pedidos de compensação por sobreviventes judeus mais do que dobra o número. Esta informação não estava disponível à Suíça em 1946.

IMPOSSÍVEL NÚMERO DE NASCIMENTOS

Evidência indisputável é também fornecida pelas estatísticas de população judaica do pós-guerra. O *World Almanac* de 1938 dá o número de judeus no mundo de 15.588.259. Mas, após a guerra, o *The New York Times* de 22 de fevereiro de 1948 dá o número de judeus no mundo com um mínimo de 15.600.000 e um máximo de 18.700.000. Obviamente, tais números fazem impossível o número de perdas judaicas durante a guerra ser contado em

qualquer número a não ser milhares. 15,5 milhões em 1938 menos os alegados seis milhões sobram nove milhões; os números do *New York Times* significariam, portanto, que os judeus do mundo produziram nove milhões de nascimentos, quase dobrando seus números, em 10 anos. Isto é obviamente ridículo.

Parece, portanto, que a grande maioria dos "seis milhões" foram de fato emigrantes, - emigrantes para países europeus, para a URSS e para os Estados Unidos antes, durante e após a guerra. E emigrantes também, em vastos números, à Palestina durante e especialmente no final da guerra. Depois de 1945, barcos destes sobreviventes judeus entraram na Palestina ilegalmente da Europa, causando considerável embaraço ao governo britânico na época; de fato, os números foram tão grandes que o H.M. Stationery Office, em sua publicação nº 190, (5 de novembro de 1946), os descreveu como "quase chegando a um segundo êxodo". Foram estes emigrantes de todas as partes do mundo que dilataram a população judaica para entre 15 e 18 milhões por 1948, e provavelmente a maior parte emigrou para os Estados Unidos em violações das leis que impunham quotas. A 16 de agosto de 1963, David Ben Gurion, Presidente de Israel, que apesar do número oficial da população judaica norte-americana ser de 5.600.000, "o número total não seria estimado muito alto como 9.000.000", (*Deutsche Wochenzeitung*, 23 de novembro de 1963). A razão para este alto número é enfatizada por Albert Maisal em Our Newest Americans, "Nossos Americanos Mais Recentes", (*Reader's Digest*, Janeiro de 1957), porque ele afirma que "logo após a II Guerra, por decreto presidencial, 90% de toda a quota de vistos para a Europa Central e Oriental eram dadas aos desarraigados".

Reimpressa nesta página está apenas um excerto das centenas que regularmente aparecem nas colunas do obituário do *Aufbau*, um periódico judaico-americano publicado em Nova York (16 de junho de 1972). Mostra que os imigrantes aos EUA trocavam seus nomes; seus nomes europeus antigos apareciam entre parênteses. Por exemplo: Arthur Kingsley (antigamente Dr. Koenigsberger de Frankfurt). Não poderia ser que algumas ou mesmo todas estas pessoas cujos nomes foram abandonados estarem incluídas nos "Seis Milhões" da Europa?

OS SEIS MILHÕES: PROVAS DOCUMENTÁRIAS

Visto de fora pareceria certo que o número de seis milhões de judeus assassinados não é nada mais que um vago meio-termo entre diversas estimativas sem base; não há uma folha de evidência em documentos disso que seja confiável. Ocasionalmente, escritores diminuem o número para dar uma impressão de autenticidade. Lord Russell de Liverpool, por exemplo, em seu *The Scourge of the Swastika* (Londres, 1954), afirma que "não menos de cinco milhões" de judeus morreram em campos de concentração alemães, se colocando no meio daqueles que estimam 6 milhões e aqueles que preferem 4 milhões. Mas, ele admitiu, "o número real jamais será conhecido". Se é assim, é difícil de saber como ele afirmou "não menos de cinco milhões". O Joint Distribution Commitee favorece 5.012.000, mas o "expert" judeu Reitlinger sugere um novo número de 4.192.200 "judeus desaparecidos", dos quais ele estima que um terço morreu de causas naturais. Isto reduziria o número de

"deliberadamente assassinados" para 2.796.000. Entretanto, Dr. M. Perlzweig, o delegado nova-iorquino do Congresso Mundial Judaico, em uma conferência à imprensa em Genebra em 1948, afirmou: "O preço da queda do nacional-socialismo e do fascismo é o fato de que sete milhões de judeus perderam suas vidas graças ao cruel anti-semitismo". Na Imprensa e por aí, o número é freqüentemente elevado a oito ou até mesmo nove milhões. Conforme demonstrado no último capítulo, nenhum destes números é ao menos remotamente plausível, de fato, eles são ridículos.

EXAGEROS FANTÁSTICOS

Até onde é conhecido, a primeira acusação contra os alemães de extermínio em massa de judeus na Europa em guerra foi feita pelo judeu polonês Rafael Lemkin em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe*, "O Domínio do Eixo na Europa Ocupada", publicado em Nova York em 1943. Talvez por coincidência, Lemkin depois esboçou a Convenção de Genocídio da ONU, que procura por o "racialismo" fora da lei. Seu livro afirmava que os nazistas destruíram milhões de judeus, talvez tantos quanto seis milhões. Isto, em 1943, teria sido verdadeiramente notável, desde que a ação alegada começou apenas no verão de 1942. Nesta taxa, toda a população judaica do mundo já teria sido exterminada em 1945.

Depois da guerra, estimativas propagandísticas foram a alturas infinitamente mais fantásticas. Kurt Gerstein, um anti-nazista que afirmou ter se infiltrado nas S.S., contou ao interrogador francês Raymond Cartier que ele tinha conhecimento de que não menos de 40 milhões de internos em campos de concentração tinham sido gaseados. Em seu primeiro memorando assinado em 26 de abril de 1945, ele reduziu o número a 25 milhões, mas isso ainda era tão bizarro para a Inteligência francesa que em seu segundo memorando, assinado em Rottweil em 4 de maio de 1945, ele trouxe o número mais próximo aos seis milhões preferidos nos Julgamentos de Nürmberg. A irmã de Gerstein era congenitamente insana e morreu por eutanásia, o que pode sugerir que poderia haver instabilidade mental no próprio Gerstein. Ele tinha, de fato, sido condenado em 1936 de mandar correspondências excêntricas pelos correios. Depois de suas duas "confissões", ele se enforcou na prisão de Cherche-Midi em Paris.

Gerstein alegou que durante a guerra ele passou informações concernentes ao assassinato de judeus ao governo sueco através de um barão alemão mas por uma razão inexplicável seu relatório foi "arquivado e esquecido". Ele também afirma que em agosto de 1942 informou ao núncio papal em Berlim sobre todo o "programa de extermínio", mas o reverendo meramente lhe disse "Saia daqui". As afirmações de Gerstein estão cheias de citações de que testemunhou as mais gigantescas execuções em massa (12 mil num único dia em Belzec), enquanto o segundo memorando descreve uma visita de Hitler a um campo de concentração na Polônia, a 6 de junho de 1942, que conhecidamente não aconteceu.

As exagerações fantásticas de Gerstein fizeram pouco além de desacreditar toda a noção de extermínio em massa. De fato, o bispo evangélico Wilhelm Dibelius de Berlim denunciou seu memorando como "Inconfiável" (H. Rothfels, "Augenzeugbericht zu den Massenvergasung", em *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, Abril de 1954). É um fato

incrível, entretanto, que apesar dessa denúncia, o governo alemão em 1955 ordenou a edição do segundo memorando Gerstein para distribuição nas escolas alemãs (*Dokumentation zur Massenvergasung*, Bonn, 1955). Lá, eles afirmavam que Dibelius deu sua confidência especial quanto a Gerstein e que o memorando era "válido além de todas as dúvidas". Este é um exemplo do modo no qual a acusação sem base de genocídio por parte dos nazistas é perpetuada na Alemanha, e dirigida especialmente à juventude.
À estória de que seis milhões de judeus foram exterminados durante a guerra foi dada autoridade final pelos Julgamentos de Nürnberg pelo testemunho do Dr. Wilhelm Hoettl. Ele foi assistente de Eichmann, mas era de fato uma estranha pessoa a serviço da Inteligência americana que havia escrito diversos livros sob o pseudônimo de Walter Hagen. Hoettl também trabalhou para a Espionagem soviética, colaborando com dois emigrantes judeus de Viena, Perger e Verber, que agiam como oficiais americanos durante os interrogatórios preliminares dos Julgamentos de Nürnberg. É notável que no testemunho desta pessoa muito dúbia Hoettl se considerou a única "prova" em relação ao assassinato de seis milhões de judeus. Em seu depoimento a 26 de novembro de 1945 ele afirmou, não que ele sabia mas que Eichmann "havia lhe dito" em agosto de 1944 em Budapeste que um total de seis milhões de judeus foram exterminados. Desnecessário dizer, Eichmann nunca corroborou esta afirmação em seu julgamento. Hoettl estava trabalhando como espião americano durante todo o período final da guerra, e é portanto de fato muito estranho que ele nunca deu a menor pista aos americanos de uma política para matar os judeus, apesar de trabalhar diretamente sob Heydrich e Eichmann.

FALTA DE PROVAS

Deve ser enfatizado desde já que não há nenhum documento existente que prova que os alemães tinham a intenção, ou realizaram, o deliberado assassinato de judeus. No livro de Poliakov e Wulf, *Das Dritte Reich und die Juden: Dokumente und Aufsätze* (Berlim, 1955), o máximo que eles conseguiram reunir foram declaração extraídas após a guerra de pessoas como Hoettl, Ohlendorf e Wisliceny, este último sob tortura numa prisão soviética. Na falta de qualquer evidência, Poliakov é forçado a escrever: "As três ou quatro pessoas mais envolvidas no esboço do plano para o extermínio total estão mortas, e nenhum documento sobreviveu". Isto parece muito conveniente. Obviamente, tanto o plano quanto as "três ou quatro" pessoas não são nada mais que nebulosas suposições do escritor, e são inteiramente improváveis. Os documentos que sobreviveram, é claro, não fazem menção alguma de extermínio, então escritores como Poliakov e Reitlinger fazem a conveniente suposição de que tais ordens eram geralmente "verbais". Apesar da inexistência de qualquer prova, ele supõem que um plano para matar os judeus deve ter se originado em 1941, coincidente com o ataque à Rússia. A fase um do plano supostamente começou em março de 1942, com a deportação e concentração dos judeus europeus nos campos orientais do Governo-Geral da Polônia, como o gigantesco complexo industrial de Auschwitz perto de Cracóvia. A suposição fantástica e completamente sem bases implícita é de que o transporte ao Leste, supervisionado por Eichmann, na verdade significava extermínio logo na chegada.

De acordo com Manvell e Frankl (*Heinrich Himmler*, Londres, 1965), a política de genocídio "parece ter sido decidida" após "discussões secretas" entre Hitler e Himmler (p.118), apesar de falharem em provar isso. Reitlinger e Poliakov supõem de acordo com as mesmas linhas "verbais", adicionando que a ninguém mais era permitido estar presente nestas discussões, e que nenhuma prova foi mantida deles. William Shirer, em seu geralmente selvagem e irresponsável livro, *Ascenção e Queda do Terceiro Reich*, é similarmente mudo na questão das provas documentárias. Ele afirma fracamente que a suposta ordem de Hitler para o assassinato de judeus "aparentemente jamais foi passada ao papel - pelo menos nenhuma cópia dela foi achada até agora. Foi provavelmente dada verbalmente a Himmler, Goering e Heydrich, que a passaram adiante... (p. 1148).
Um típico exemplo de "prova" citada para apoiar a lenda do extermínio é dada por Manvell e Frankl. Eles citam um memorando de 31 de julho de 1941, mandado por Goering a Heydrich, que liderava o Escritório Central da Segurança do Reich (*Reich Security Head Office*), e era adjunto de Himmler. Significantemente, o memorando começa: "Suplementando aordem que lhe dei a 24 de janeiro de 1939, para resolver o problema judaico pelos meios de emigração e evacuação do melhor modo possível de acordo com as condições presentes..." A ordem suplementar dada pelo memorando é a "solução total (*Gesamtlösung*) da questão judaica na área de influência alemã na Europa", o que os autores admitem significa concentração no Leste, e pede preparações para "os problemas organizacionais, financeiros e materiais" envolvidos. O memorando então pede um futuro plano para a "desejada solução final" (*Endlösung*), que claramente se refere à ideal e idéia de emigração e evacuação mencionada no início da diretiva. Nenhuma menção em local algum sobre a morte de pessoas, mas Manvell e Frankl nos asseguram que era disso que o memorando tratava. De novo, é claro, a "natureza verdadeira" da solução final como distinta da solução total "foi dada por Goering a Heydrich verbalmente" (ibid., p. 118). A conveniência dessas ordens verbais indo e voltanto é óbvia.

A CONFERÊNCIA DE WANNSEE

Os detalhes finais do plano para exterminar os judeus foram supostamente feitos numa conferência em Gross Wannsee em Berlim a 20 de janeiro de 1942, presidida por Heydrich (Poliakov, *Das Dritte Reich und die Juden*, p. 120; Reitlinger, *The Final Solution*, p. 95). Oficiais de todos os ministérios alemães estavam presentes, e Müller e Eichmann representavam a Escritório Geral da Gestapo. Reitlinger, Manvell e Frankl consideram as minutas desta conferência seu trunfo para provar a existência de um plano de genocídio, mas a verdade é que um tal plano jamais é mencionado, e mais, eles admitem isso. Manvell e Frankl tentam explicar isto dizendo que "as minutas estão envoltas em mistério em forma de burocracia , mas que permite ver o real significado das palavras e terminologias que eles utilizaram" (*The Incomparable Crime*, Londres, 1967, p. 46) o que realmente significa que eles pretendiam interpretá-las a seu próprio modo. O que Heydrich na realidade disse, como consta no memorando citado acima, que ele haviam sido ordenado por Goering para arranjar uma solução para o problema judaico, afirma que a guerra havia tornado o Projeto

Madagascar impraticável e continua: "O programa de emigração foi trocado agora pela evacuação de judeus para o Leste como a única solução possível, de acordo com a autorização anterior do Führer". Ali, ele explica, seu trabalho deveria ser utilizado. Tudo isto é suposto que seja profundamente sinistro, e cheio com o significado escondido de que os judeus iriam ser exterminados, apesar do professor Paul Rassinier, um comunista francês e membro da Resistência preso em Buchenwald que fez um trabalho extraordinário na refutação do Mito dos Seis Milhões, explica que significa exatamente o que diz, isto é, a concentração dos judeus para trabalhar em imensos ghettos no Governo-Central da Polônia. "Lá eles deveriam esperar até o final da guerra, para a reabertura das discussões internacionais que decidiriam seu futuro. Tal foi a decisão alcançada na conferência interministerial de Wannsee-Berlim, ..." (Rassinier, *Le Véritable Procès Eichmann*, p. 20). Manvell e Frankl, entretanto, se mantém impávidos frente à total falta de evidências ao extermínio. Na conferência de Wannsee, eles escrevem, "referências diretas ao extermínio foram evitadas, e Heydrich preferiu o termo Arbeitseinsatz im Osten (designação para o trabalho no Leste)" (*Heinrich Himmler*, p. 209). O porquê que nós não devemos aceitar que designação para o trabalho no Leste significa designação para o trabalho no Leste não é explicado.
De acordo com Reitlinger e outros, inumeráveis diretivas especificando o extermínio foram passadas entre Himmler, Heydrich, Eichmann e o comandante de Auschwitz Hoess nos meses subseqüentes de 1942, mas, claro, "nenhuma sobreviveu".

PALAVRAS DEFORMADAS E SUPOSIÇÕES SEM BASE

A completa falta de evidências em documentos para dar apoio à existência de um plano de extermínio levou ao hábito de "reinterpretar" os documentos que sobreviveram. Por exemplo, é dito que um documento sobre deportação não é na realidade sobre deportação, mas um "outro modo" de se falar em extermínio. Manvell e Frankl afirmam que vários termos foram utilizados para camuflar o genocídio. Eles incluem *Aussiedlung* (descolonização) e *Abbeförderung* (remoção) (ibid., p. 265). Assim, como já vimos, as palavras não mais tem o seu significado original se ele for muito inconveniente. Ele tipo de coisa é levado aos extremos mais incríveis, como a interpretação da diretiva de Heydrich para designação para o trabalho no Leste. Outro exemplo é a referência à ordem de Himmler de mandar prisioneiros ao Leste, "isto é, matá-los" (Manvell e Frankl, ibid., p. 251). Reitlinger, igualmente sem qualquer prova, faz exatamente o mesmo, declarando que das palavras "despistadoras" da Conferência de Wannsee é "óbvio" que "a morte lenta de toda uma raça era o objetivo" (ibid., p. 98).
Uma revisão da situação dos documentos é importante, porque revela o edíficio de suposições e afirmações sem base no qual a lenda do extermínio é fundada. Os alemães tinham uma propensão extraordinária para colocar tudo no papel nos mínimos detalhes, e apesar disso entre os milhares de documentos capturados da S.D. e da Gestapo, os arquivos do Escritório Central da Segurança do Reich (*Reich Security Head Office*), os arquivos do quartel-general de Himmler e as próprias diretivas de guerra de Hitler não há uma única

ordem para o extermínio de judeus ou de quem quer que fosse. Como será visto depois, isto foi admitido pelo Centro Mundial de Documentação Judaica Contemporânea em Tel-Aviv. Tentativas de achar "alusões veladas" a genocídio em discursos como o de Himmler aos seus Obergruppenführers S.S. em Posen em 1943 são similarmente sem esperança. As declarações de Nürnberg extraídas após a guerra, invariavalmente diante de condições duras, serão examinadas no próximo capítulo.

5. OS JULGAMENTOS DE NÜRNBERG

À estória dos Seis Milhões foi dada autoridade judicial nos Julgamentos de Nürnberg dos líderes alemães entre 1945 e 1949, procedimentos que provaram ser a mais desgraçada farsa legal na história. Para um estudo muito mais detalhado das iniqüidades desses julgamentos, os quais, como disse o Marechal Montgomery, transformaram em crime perder uma guerra , ao leitor é recomendado os trabalhos citados abaixo, e particularmente o livro devastador *Advance to Barbarism* (Nelson, 1953), pelo eminente jurista inglês F. J. P. Veale.
Desde o começo, os Julgamentos de Nürnberg procederam na base de gigantescos erros estatísticos. Em seu discurso de acusação a 20 de novembro de 1945, o Sr. Sidney Alderman declarou que haviam 9.600.000 judeus vivendo na Europa ocupada pelos alemães. Nosso estudo anterior demonstrou que este número é grandemente inacurado. Chegou-se nela através de (a) completamente ignorar a emigração judaica entre 1933 e 1945 e por (b) adicionar a população judaica russa, incluindo os dois ou mais milhões que jamais estiveram em território ocupado pelos alemães. O mesmo número, aumentado um pouco para 9.800.000, foi inventado de novo no julgamento de Eichmann em Israel pelo Professor Shalom Baron.
O alegado número de Seis Milhões de vítimas apareceram primeiro como o alicerce da promotoria em Nürnberg, e depois de algumas brincadeiras com dez milhões ou mais pela Imprensa da época, ele eventualmente ganhou popularidade e aceitação internacional. É muito significante, entretanto, que apesar de que número estrambótico conseguiu credibilidade na temerária atmosfera de recriminação de 1945, ele não mais era sustentável em 1961, no julgamento de Eichmann. A Corte de Jerusalém cuidadosamente evitou mencionar o número de Seis Milhões, e a acusação redigida pelo Sr. Gideon Haussner simplesmente disse "alguns" milhões.

PRINCÍPIOS LEGAIS IGNORADOS

Se alguém cair no erro de acreditar que o extermínio dos judeus foi "provado" em Nürnberg por "provas", ele deve considerar a natureza intrínseca dos Tribunais, baseados que eram numa total inobservância de princípios legais de qualquer tipo. Os acusadores agiam como promotores, juízes e executores; a "culpa" já estava presumida previamente (entre os juízes, é claro, estavam os russos comunistas, cujos incontáveis crimes incluem o massacre de mais de 23.000 oficiais poloneses, cujos corpos foram encontrados pelos alemães na Floresta de

Katyn, perto de Smolensk. O promotor soviético tentou atirar a acusação deste massacre aos réus alemães). Em Nürnberg, legislação ex post facto foi criada, pela qual homens foram julgados por "crimes" que só foram declarados crimes após a seu suposto acontecimento. Assim foi infrigido o mais básico princípio legal de que uma pessoa só pode ser condenada por infringir uma lei que já existia no tempo do infringimento. "*Nulla poena sine lege*".
As Regras de Provas, desenvolvidas pela jurisprudência britânica através dos séculos com o objetivo de alcançar a verdade de uma acusação com o máximo de certeza possível, foram totalmente abandonadas em Nürnberg. Foi decretado que "o Tribunal não se limitará a regras técnicas de prova", mas podia admitir "qualquer prova que julgue ter valor probativo", isto é que iria dar razão a uma condenação. Na prática, isto significou a admissão de provas e documentos auriculares, que num julgamento judicial normal são sempre rejeitados como inconfiáveis. Que tal tipo de prova foi permitida é de profundo significado, porque foi um dos métodos principais pelo qual a lenda do extermínio foi fabricada através de fraudulentos "depoimentos escritos". Apesar de apenas 240 testemunhas serem chamadas durante os julgamentos, nada menos que 300.000 desses "depoimentos escritos" foram aceitos pela Corte para apoiar as acusações, sem que essa prova fosse ouvida sob juramento. Nestas circunstâncias, qualquer judeu deportado ou prisioneiro nos campos podia fazer qualquer afirmação para se vingar de quem quer que ele quisesse. O mais incrível de tudo, talvez, era o fato de que os advogados de defesa de Nürnberg não tinham permissão para examinar cruzadamente as testemunhas de acusação. Uma situação similar reapareceu no julgamento de Adolf Eichmann, quando foi anunciado que o advogado de defesa de Eichmann poderia ser cancelado a qualquer tempo "se uma situação intolerável surgir", o que presumivelmente significava se seu advogado começasse a provar sua inocência. O verdadeiro background dos Julgamentos de Nürnberg foi exposto pelo juiz americano, Justice Wenersturm, Presidente de um dos Tribunais. Ele ficou tão espantado com os procedimentos que ele se demitiu de seu cargo e voltou à América, deixando uma declaração ao Chicago Tribune que enumerava ponto por ponto suas objeções ao julgamento (cf. Mark Lautern, *Das Letzte Wort über Nürnberg*, p. 56). Os pontos 3-8 são os seguintes:

> 3. Os membros do departamento do promotor público, ao invés de tentar formular e alcançar um novo princípio guia legal, estavam motivados unicamente pela ambição pessoal e vingança.
> 4. A promotoria faz o possível em todos os aspectos para evitar que a defesa prepare seu caso e torna impossível a ela ter acesso a provas.
> 5. A promotoria, liderada pelo General Taylor, fez tudo o que estava em seu poder para evitar a decisão unânime da Corte Militar de ser executada i.e. pedir a Washington para deixar á disposição da corte provas documentárias extras à disposição do governo americano.
> 6. Noventa por cento da Corte de Nürnberg consistia de pessoas parciais (preconceituosas, inglês biased) que, no plano político ou racial, ajudariam à promotoria.
> 7. A promotoria obviamente sabia como preencher os postos administrativos da

> Corte Militar com "americanos" cujos certificados de naturalização eram na verdade muito novos, e que, no serviço administrativo ou através de suas traduções, etc., criaram uma atmosfera hostil aos acusados.
> 8. O verdadeiro objetivo dos Julgamentos de Nürnberg era mostrar aos alemães os crimes de seu Führer, e este objetivo foi ao mesmo tempo o pretexto sob o qual os Julgamentos foram criados... Se eu soubesse sete meses antes o que estava acontecendo em Nürnberg, eu jamais teria ido lá.

Concernente ao ponto 6, de que 90 por cento do pessoal de Nürnberg consistia de pessoas parciais no plano político ou racial, este foi um fato confirmado por outros presentes. De acordo com Earl Carroll, um advogado americano, sessenta por cento do pessoal administrativo do Escritório do Promotor Público eram judeus alemães que haviam deixado a Alemanha após a promulgação das Leis da Raça de Hitler. Ele observou que nem dez por cento dos americanos empregados nas cortes de Nürnberg eram realmente americanos de nascimento. O chefe do Escritório do Promotor Público, que trabalhava atrás do General Taylor, era Robert M. Kempner, um emigrante judeu alemão. Ele era ajudado por Morris Amchan.

Mark Lautern, que observou os julgamentos, escreveu em seu livro: "Eles todos chegaram: os Solomons, os Schlossbergers e os Rabinovitches, membros do corpo administrativo do Promotor Público..." (ibid. p. 68). É óbvio que destes fatos o fundamental princípio legal de que nenhum homem pode sentar em julgamento de seu próprio caso, foi completamente abandonado. Também, a maioria das testemunhas era judia. De acordo com o Professor Maurice Bardèche, que também observou os Julgamentos, a única preocupação destas testemunhas era não demonstrar seu ódio muito abertamente, e tentar dar a impressão de objetividade (*Nuremberg ou la Terre Promise*, Paris, 1948, p. 149).

CONFISSÕES SOB TORTURA

Mais perturbador, entretanto, eram os métodos empregados para extrair afirmações e "confissões" em Nürnberg, particularmente daqueles oficiais S.S. que eram usados para apoiar as acusações de extermínio. O senador americano Joseph McCarthy, numa declaração dada à imprensa americana a 20 de maio de 1949, chamou a atenção aos seguintes casos de tortura para conseguir tais confissões. Na prisão de Schwabisch Hall, ele afirmou, oficiais da S.S. Leibstandarte Adolf Hitler eram açoitados até estarem ensopados de sangue, e depois seus órgãos sexuais eram pisoteados enquanto estavam estirados no chão. No notório Julgamento de Malmédy de soldados individuais, os prisioneiros eram levantados no ar e espancados até assinarem as confissões exigidas deles. Na base de tais "confissões" extraídas dos Generais S.S. Sepp Dietrich e Joachim Peiper, a Leibstandarte foi condenada uma "organização culpada". O General S.S. Oswald Pohl, o administrador econômico do sistema de campos de concentração, teve seu rosto lambuzado com excrementos e foi depois espancado até dar sua confissão. Tratando destes casos, o Senador McCarthy disse à Imprensa:

> "Eu ouvi evidências e li provas em documentos de que os acusados foram espancados, maltratados e fisicamente torturados por métodos que só podem ter sido concebidos por mentes doentias. Eles eram submetidos a pseudo-julgamentos e pseudo-execuções, lhes diziam que suas famílias perderiam seus cartões de racionamento. Tudo isto foi executado com a aprovação do Promotor Público com o objetivo de assegurar a atmosfera psicológica necessária para a extorsão das requeridas confissões. Se os Estados Unidos permitem que tais atos, praticados por algumas pessoas, sigam sem punição, então todo o mundo pode corretamente nos criticar severamente e duvidar para sempre da correção dos nossos motivos e de nossa integridade moral".

O métodos de intimidação descritos acima foram repetidos durante julgamentos em Frankfurt-am-Main e em Dachau, e grandes números de alemães foram condenados por atrocidades com base nessas afirmações. O juiz americano Edward L. van Roden, um dos três membros da Comissão Simpson do Exército (Simpson Army Commission) que depois foi nomeada para investigar os métodos de justiça nos julgamentos de Dachau, revelou os métodos pelos quais essas afirmnações eram conseguidas no *Washington Daily News*, de 9 de janeiro de 1949. Seu depoimento também apareceu no jornal britânico *Sunday Pictorial*, de 23 de janeiro de 1949. Os métodos que ele descreveu eram:

> "se postar como monges para ouvir confissões e dar absolvição; tortura com cigarros acesos colocados debaixo das unhas dos prisioneiros; quebrar seus dentes e a mandíbula, confinamento na solitária e rações muito perto da fome". Van Roden explicou: "Os depoimentos que eram admitidos como prova eram obtidos de homens que tinham primeiro sido mantidos em confinamento na solitária por três, quatro e cinco meses... Os investigadores iriam por um pano preto na cabeça do acusado e então espancá-lo na face com soqueiras, chutá-lo e batê-lo com mangueiras de borracha... Todos menos dois alemães, nos 139 casos que nós investigamos, haviam sido chutados nos testículos sem possibilidade de reparos. Isso era o procedimento standard dos nossos investigadores americanos".

Os investigadores "americanos" responsáveis (e que depois foram a promotoria nos julgamentos) eram: Lt.-Col. Burton F. Ellis (chefe do Comitê de Crimes de Guerra) e seis assistentes, Capt. Raphael Shumacker, Lt. Robert E. Byrne, Lt. William R. Perl, Mr. Morris Ellowitz, Mr. Harry Thon, e Mr. Kirschbaum. O conselheiro legal da corte era o Col. A. H. Rosenfeld. O leitor vai imediatamente notar de seus nomes que a maioria era "parcial no plano racial" nas palavras de Wenersturm - isto é, eram judeus, e portanto jamais deveria estar envolvidos em tal investigação.

Apesar do fato de que tais "confissões" relacionadas ao extermínio de judeus foram extraídas nessas condições, os depoimentos de Nürnberg ainda são considerados uma prova conclusiva para os Seis Milhões por escritores como Reitlinger e outros, e a ilusão diz que os Tribunais eram tanto imparciais como impecavelmente justos. Quando o general Taylor, o Chefe da Promotoria Pública (*Chief Public Prosecutor*), foi perguntado de onde ele obteve o número de Seis Milhões, ele respondeu que era baseado nas confissões do general S.S. Otto Ohlendorf. Ele, também, foi torturado, e seu caso será examinado abaixo. Mas até onde

as "confissões" importam, não podemos fazer melhor que citar o *Sunday Pictorial* inglès quanto ao relatório do Juiz Van Roden: "Homens fortes eram reduzidos a restos alquebrados prontos a murmurar qualquer admissão requerida por seus acusadores".

O DEPOIMENTO WISLICENY

Neste ponto, vamos examinar alguns documentos de Nürnberg por si mesmos. O documento citado mais freqüentemente em apoio à lenda dos Seis Milhões, e que aparece freqüentemente no livro de Poliakov e Wulf *Das Dritte Reich und die Juden: Dokumente und Aufsätze*, é a declaração do Capitão S.S. Dieter Wisliceny, um assistente no escritório de Adolf Eichmann e depois chefe da Gestapo na Eslováquia. Foi obtido em condições ainda mais extremas que as acima, porque Wisliceny caiu nas mãos dos comunistas checos e foi "interrogado" na prisão controlada pelos soviéticos de Bratislava em novembro de 1946. Submetido a torturas, Wisliceny foi reduzido a cacos nervosos. Apesar de as condições nas quais este depoimento foi obtido o deixam totalmente sem plausibilidade, Poliakov prefere ignorar isso e simplesmente escreve: "Na prisão ele escreveu diversas memórias que contém informações de grande interesse" (*Harvest of Hate*, p. 3). Estas memórias contém algumas afirmações genuínas para dar a impressão de autenticidade, como de que Himmler era um advogado incansável da emigração judaica e que a emigração dos judeus da Europa continuou durante a guerra, mas em geral ela é típica da "confissão" estilo comunista produzidas nos julgamentos-show soviéticos. Referência freqüente é feita a extermínio de judeus, e uma tentativa flagrante é feita de tentar incriminar tantos líderes S.S. quanto o possível. Erros factuais também são comuns, notavelmente a afirmação de que a guerra com a Polônia adicionou mais 3 milhões de judeus ao território ocupado pelos alemães, que nós já desprovamos acima.

O CASO DAS *EINSATZGRUPPEN*

O depoimento Wisliceny lida até um grau com as atividades das *Einsatzgruppen* ou Grupos de Ação usados na campanha russa. Isto merece uma consideração detalhada numa pesquisa de Nürnberg porque a pintura apresentada deles nos Julgamentos representa um tipo de "Seis Milhões" em miniatura, i.e., foi provada desde então a mais enorme exageração e falsificação. As *Einsatzgruppen* eram quatro unidades especiais retiradas da Gestapo e da S.D. (Serviço de Segurança S.S.) cuja missão eram acabar com os guerrilheiros e os comissários comunistas seguindo os exércitos alemães que avançavam na Rússia. Tão cedo quanto 1939, existiam 34.000 desses comissários políticos ligados ao Exército Vermelho. As atividades das Einsatzgruppen eram de importância particular ao promotor soviético Rudenko nos Julgamentos de Nürnberg. A acusação de 1947 dos quatro grupos alegava que no curso de suas operações eles mataram não menos de 1 milhão de judeus simplesmente porque eram judeus.

Essas alegações tem sido elaboradas desde então; é agora afirmado que o assassínio dos judeus soviéticos pelas *Einsatzgruppen* era a "Fase 1" do programa da extermínio de judeus,

"Fase 2" sendo o transporte dos judeus europeus à Polônia. Reitlinger admite que o termo "solução final" referia-se à emigração e que nada tinha a ver com extermínio de judeus, mas então ele afirma que a política de extermínio começou com a invasão da Rússia em 1941. Ele considera a ordem de Hitler de julho de 1941 da liquidação dos comissários políticos comunistas, e conclui que era acompanhada por uma ordem verbal de Hitler às *Einsatzgruppen* para liquidar todos os judeus soviéticos (*Die Endlösung*, p. 91). Se esta afirmação é baseada em alguma coisa, é no sem valor Depoimento Wisliceny, que alega que as Einsatzgruppen estavam logo recebendo ordens para estender sua missão de destruir os comissários comunistas e os partisans a um "massacre geral" dos judeus russos.
É muito significante que, mais uma vez, é uma "ordem verbal" para exterminar os judeus supostamente acompanhou a genuína, ordem escrita de Hitler - mais uma afirmação nebulosa e impossível de se provar de Reitlinger. Uma ordem anterior de Hitler, datada de março de 1941 e assinada pelo Marechal de Campo Keitel deixa bem claro as missões reais das futuras *Einsatzgruppen*. Diz que, na campanha russa, ao Reichsführer S.S. (Himmler) será confiada "missões de administração política, missões que resultarão da luta que deverá ser mantida entre dois sistemas políticos opostos" (Manvell & Frankl, ibid., p. 115). Isto significa eliminar o Comunismo, especialmente os comissários comunistas cuja tarefa específica era a doutrinação comunista.

O JULGAMENTO OHLENDORF

O mais revelador julgamento no "caso das *Einsatzgruppen*" em Nürnberg foi o do General S.S. Otto Ohlendorf, o chefe da S.D. que comandou o *Einsatzgruppe* D na Ucrânia, ligado ao Décimo Primeiro Exército do Marechal de Campo von Manstein. Durante a última fase da guerra ele foi empregado como expert em comércio exterior no Ministério da Economia. Ohlendorf foi um daqueles submetidos às torturas citadas antes, e em seu depoimento a 5 de novembro de 1945 ele foi "persuadido" a confessar que 90.000 judeus haviam sido mortos apenas durante seu comando. Ohlendorf não foi julgado até 1948, muito após o principal julgamento, o de Nürnberg, e nesse tempo ele estava insistindo que sua afirmação anterior havia sido extraída dele sob tortura. Em seu discurso principal perante o Tribunal, Ohlendorf pegou a oportunidade de denunciar Philip Auerbach, o procurador-geral do Escritório Estatal Bávaro para a Restituição (*Bavarian State Office for Restitution*), que naquele tempo estava pedindo compensação para "onze milhões de judeus" que haviam sofrido nos campos de concentração alemães. Ohlendorf descartou esta afirmação ridícula, afirmando que nem a menor parte das pessoas pelas quais Auerbach estava exigindo compensação havia sequer visto um campo de concentração. Ohlendorf viveu o suficiente para ver Auerbach condenado por desvio e fraude (forjou documentos teoricamente mostrando grandes pagamentos de compensação à pessoas não-existentes) antes de sua execução tomar lugar em 1951.
Ohlendorf explicou ao Tribunal que as suas unidades freqüentemente tinham de prevenir massacres de judeus organizados por ucranianos anti-semitas atrás do front alemão, e ele negou que as Einsatzgruppen como um todo haviam infligido um quarto das perdas citadas

pela promotoria. Ele insistiu que a guerra de guerrilhas ilegal na Rússia, que ele devia combater, havia custado um número infinitamente maior de vidas do Exército regular alemão - uma asserção confirmada pelo governo soviético, que dizia que no mínimo 500.000 soldados alemães foram mortos por guerrilheiros.
De fato, Franz Stahlecker, comandante do *Einsatzgruppe* A na região do Báltico e na Rússia Branca foi morto ele mesmo por guerrilheiros em 1942. O jurista inglês F. J. P. Veale, lidando com os Grupos de Ação, explicou que na luta no front russo nenhuma distinção podia ser feita com clareza entre guerrilheiros e a população civil, porque qualquer civil russo que mantivesse seu status civil ao invés de agir como um terrorista era passível de ser executado por seus compatriotas como traidor. Veale diz dos Grupos de Ação: "Não há dúvida de que suas ordens foram de combater terror com o terror", e ele acha no mínimo estranho que as atrocidades cometidas pelos guerrilheiros em sua luta foram consideradas como inocentes simplesmente porque acabaram ficando com o lado que venceu a guerra (ibid p. 223). Ohlendorf partilhava da mesma visão e, num apelo amargo escrito antes de sua execução, ele acusou os Aliados de hipocrisia por acusarem os alemães de quebrarem as leis da guerra enquanto lutavam com um selvagem inimigo soviético que não respeitou tais regras.

EXECUÇÕES DOS GRUPOS DE AÇÃO DISTORCIDAS

A acusação soviética de que os Grupos de Ação exterminaram um milhão de judeus durante suas operações foi demonstrada subseqüentemente ser um falsificação massiva. De fato, jamais existiu a menor base estatística para tal número. Em conexão, Poliakov e Wulf citam o depoimento de Wilhelm Hoettl, o dúbio espião americano, agente duplo e ex-assistente de Eichmann. Hoettl, deve ser lembrado, afirmou que Eichmann "lhe contou" que seis milhões de judeus haviam sido exterminados - e ele adicionou aqueles dois milhões que teriam sido mortos pelas *Einsatzgruppen*. Esse número absurdo ia além das mais improváveis estimativas do Promotor Soviético Rudenko, e não recebeu qualquer credibilidade nem mesmo pelo Tribunal americano que julgou e condenou Ohlendorf.
O número real de baixas pelas quais os Grupos de Ação foram responsáveis foi revelado no erudito trabalho *Manstein, his Campaigns and his Trial* (Manstein, suas Campanhas e seu Julgamento, Londres, 1951), pelo advogado inglês R. T. Paget. Ohlendorf esteve sob o comando nominal de Manstein. A conclusão de Paget é de que a Corte de Nürnberg, aceitando os números da promotoria soviética, exagerou o número de baixas em mais de mil por cento, e distorceram ainda mais as situações nas quais tais baixas foram infligidas (essas distorções horríveis são assunto de seis páginas do *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, de William Shirer, p. 1140-46). Aqui, então, a lenda dos seis milhões em miniatura: não um milhão de mortes, mas cem mil. Claro, somente uma pequena proporção destes poderia ter sido guerrilheiros judeus e funcionários comunistas. Vale a pena repetir que estas perdas foram infligidas durante luta guerrilheira selvagem no front Leste, e que os terroristas soviéticos afirmam terem matado no mínimo cinco vezes esse número de soldados regulares alemães. Entretanto, permanece como um mito popular que o extermínio começou com a

ação dos Einsatzgruppen na Rússia.
Em conclusão, podemos dar uma olhada rápida no julgamento de Manstein por si mesmo, típico de vários dos procedimentos de Nürnberg. Principalmente, porque o Grupo de Ação D estava ligado à autoridade de Manstein (apesar de ser responsável apenas perante a Himmler), o Marechal de Campo inválido de sessenta e seis anos, considerado pela maioria das autoridades o mais brilhante general alemão da guerra, foi submetido à indignidade vergonhosa de um julgamento por "crimes de guerra". Das 17 acusações, 15 foram trazidas pelo Governo Comunista Soviético e duas pelo Governo Polonês Soviético. Somente uma testemunha foi chamada àquele Tribunal, e seu provou tão insatisfatória que a própria promotoria retirou suas evidências. Confiança então foi dada a 800 documentos escritos de "ouvir falar" que a Corte aprovou sem qualquer apreciação de sua autenticidade ou de quem era o autor. A promotoria introduziu depoimentos escritos de Ohlendorf e outros líderes S.S., mas, já que estes homens ainda estavam vivos, o advogado de defesa de Manstein Reginald Paget K. C. exigiu sua convocação como testemunhas. Isto foi recusado pelas autoridades americanas, e Paget declarou que esta recusa se devia ao medo de que os condenados revelassem que métodos os "convenceram" a assinar os depoimentos. Manstein foi absolvido de oito das acusações, inclusive as duas polonesas, as quais, como disse Paget, "eram tão flagrantemente falsas que uma pessoa ficaria imaginando porque elas chegaram a ser apresentadas".

O JULGAMENTO OSWALD POHL

O caso dos Grupos de Ação dá uma entrada reveladora nos métodos dos Julgamentos de Nürnberg e a fabricação do Mito dos Seis Milhões. Outro é o julgamento Oswald Pohl de 1948, o qual é de grande importância já que fala diretamente da administração do sistema de campos de concentração. Pohl havia sido o oficial-chefe de gastos (*chief disbursing officer*) na Marinha alemã até 1934, quando Himmler requereu sua transferência às S.S. Por onze anos ele fora o principal chefe administrativo de toda a S.S. na sua posição de chefe do Escritório S.S. de Economia e Administração, que depois de 1941 estava preocupado com a produtividade industrial do sistema de campos de concentração. Um pico de hipocrisia foi alcançado quando a promotoria disse a Pohl que "se a Alemanha tivesse ficado contente com a exclusão dos judeus de seu território, vedando-lhes a cidadania alemã, excluindo-os do serviço público, ou qualquer outro tipo de regulação doméstica, nenhuma outra nação poderia reclamar". A verdade é que a Alemanha foi bombardeada de insultos e sanções econômicas por fazer precisamente estas coisas, e as suas medidas internas contra os judeus foram certamente uma grande causa da declaração de guerra contra a Alemanha feita pelas democracias.
Oswald Pohl era um indivíduo extremamente sensitivo e intelectual que foi reduzido a um homem alquebrado durante seu julgamento. Como o Senador McCarthy apontou, Pohl havia assinado algumas afirmações incriminadoras após ser submetido a severas torturas, incluindo uma admissão falsa de que havia visto a câmara de gás de Auschwitz no verão de 1944. A promotoria estrenuamente pressionou nesta acusação, mas Pohl a repudiou com

sucesso. A meta da promotoria era retratar este homem-dejeto como um verdadeiro demônio em forma humana, uma impressão invariavelmente contrária à daqueles que o conheceram.
Tal testemunho foi dado por Heirich Hoepker, um antinazista amigo da mulher de Pohl que ficou em extremo contato com ele no período 1942-45. Hoepker notou que Pohl era uma pessoa essencialmente serena e de mente calma. Durante uma visita a Pohl na primavera de 1944, Hoepker entrou em contato com internos de campos de concentração que estavam trabalhando em um projeto fora da área do campo. Ele notou que os prisioneiros trabalhavam normalmente numa atmosfera relaxada sem pressões dos guardas. Hoepker declarou que Pohl não tinha uma atitude emocional em relação aos judeus, e não fez objeções à sua esposa se divertir com sua amiga judia Annemarie Jacques em sua casa. No começo de 1945, Hoepker estava totalmente convencido que o administrador dos campos de concentração era um humano, consciente e dedicado à sua tarefa, e ficou estarrecido quando mais tarde em 1945 ele ouviu as acusações que estavam sendo feitas contra Pohl e seus colegas. Frau Pohl notou que seu marido reteve sua serenidade em face das adversidades até março de 1945, quando ele visitou o campo de Bergen-Belsen no tempo em que acontecia uma epidemia de tifo. Até então o campo havia sido um modelo de limpeza e ordem, mas as condições caóticas do fim da guerra o reduziram a um estado de severas dificuldades. Pohl, que estava inapto para aliviar as condições lá por causa do passo desesperado que a guerra havia alcançado naquele tempo, foi profundamente afetado pela experiência e, de acordo com sau esposa, nunca mais recuperou seu estado de compostura anterior.
O Dr. Alfred Seidl, um respeitadíssimo advogado que agiu como principal conselheiro de defesa dos Julgamentos de Nürnberg, foi ao trabalho apaixonadamente para assegurar a absolvição de Pohl. Seidl foi um amigo pessoal do acusado durante vários anos, e estava completamente convencido de sua inocência com respeito à acusação fraudulenta de genocídio planejado contra os judeus. O julgamento aliado que condenou Pohl não fez Seidl mudar nem um mínimo de opinião. Ele declarou que a promotoria falhou em produzir um único pedaço de prova válida contra ele.
Uma das mais eloqüentes defesas de Oswald Pohl foi feita pelo S.S. Lieutnant Kurt Schmidt-Klevenow, um oficial legal do Escritório S.S. de Administração e Economia, em seu depoimento do dia 8 de agosto de 1947. Este depoimento foi deliberadamente omitido dos documentos publicados conhecidos como *Trials of War Criminals before de Nuremberg Military Tribunals 1946-49* (Jugamentos dos Criminosos de Guerra diante dos Tribunais Militares de Nürnberg, 1946-49). Schmidt-Klevenow apontou que Pohl havia dado seu apoio total e irrestrito ao Juiz Konrad Morgen do Escritório de Polícia Criminal do Reich, cujo trabalho era investigar irregularidades nos campos de concentração. Depois nos referiremos a um caso em que Pohl foi a favor da pena de morte para o comandante de campo Koch, que foi acusado por uma corte S.S. de má conduta. Schmidt-Klevenow explicou que Pohl convidava chefes policiais locais para dividir a jurisdição dos campos, e tomava iniciativas pessoais para assegurar disciplina estrita por parte do pessoal do campo. Resumindo, a evidência dada no julgamento de Pohl mostra que os procedimentos

envolvidos eram nada menos que a difamação deliberada do caráter de um homem para dar apoio à lenda propagandística de genocídio nos campos que ele administrava.

PROVAS FALSIFICADAS E DEPOIMENTOS FRAUDULENTOS

Testemunhos espúrios em Nürnberg que incluíam extravagantes afirmações em apoio ao mito dos Seis Milhões foram invariavelmente dados por ex-oficiais alemães por causa de pressão, seja de severa tortura como nos casos citados acima, ou na promessa de indulgência a eles se providenciassem as necessárias afirmações. Um exemplo do último caso foi o depoimento do general S.S. Erich von Bach-Zelewski. Ele foi ameaçado com sua execução por causa da sua supressão da revolta dos guerrilheiros poloneses em Varsóvia em agosto de 1944, o que ele fez com a sua brigada S.S. de russos brancos. Ele foi então preparado para ser "cooperativo". A evidência de Bach-Zelewski constituía a base dos testemunhos contra o Reichsführer das S.S. Heinrich Himmler no principal Julgamento de Nürnberg (*Julgamento dos Maiores Criminosos de Guerra*, p. 29 e 36). Em março de 1941, às vésperas da invasão da Rússia, Himmler convidou os maiores líderes S.S. ao seu castelo em Wewelsburg para uma conferência, incluindo Bach-Zelewski que era um expert em luta guerrilheira. No depoimento de Nürnberg, ele descreveu Himmler falando em termos grandiosos em sua conferência sobre a liquidação dos povos da Europa Oriental, mas Göring, na sala da corte, denunciou frente-a-frente Bach-Zelewski da mentira de seu testemunho. Uma alegação especialmente ultrajante falava de uma suposta declaração de Himmler de que uma das metas da campanha russa era "sangrar a população eslava em trinta milhões". O que Himmler realmente disse nos é dado por seu Chefe de Estado-Maior, Wolff - que a guerra na Rússia certamente iria causar milhões de mortos (Manvell & Frankl, ibid. p. 17). Outra caluniosa mentira era a acusação de Bach-Zelweski de que em 31 de agosto de 1941 Himmler pessoalmente assistiu à execução de cem judeus por um destacamento Einsatz em Minsk, lhe causando quase um desmaio. É conhecido, entretanto, que nesta data Himmler estava em uma conferência em seu quartel-general de campo em Zhitomir, na Ucrânia (cf. K. Vowinckel, *Die Wehrmacht im Kampf*, vol. 4, p. 275).

Muito é feito das declarações de Bach-Zelewski em todos os livros sobre Himmler, especialmente o de Willi Frischauer *Himmler: Evil Genius of the Third Reich* (Londres, 1953, p. 148). Entretanto, em abril de 1959 Bach-Zelewski publicamente repudiou seu testemunho em Nürnberg diante de uma corte alemã-ocidental. Ele admitiu que suas afirmações anteriores não tinham o menor fundamento em fatos, e que foram feitas por necessidade e para sua própria sobrevivência. A corte alemã, após cuidadosa deliberação, aceitou sua retratação. Desnecessário dizer, aquilo que Veale chama de "A Cortina de Ferro do Silêncio Discreto" desceu imediatamente sobre esses eventos. Não tiveram qualquer influência sobre os livros que propagam o mito dos Seis Milhões, e o testemunho de Bach-Zelewski sobre Himmler é ainda tomado como de valor.

A verdade no que concerne a Himmler é providenciada ironicamente por um antinazista - Felix Kersten, seu físico e massagista. Por causa de que Kersten se opunha ao regime, ele tendia a apoiar a lenda de que o internamento dos judeus significava seu extermínio. Mas de

seu profundo conhecimento pessoal de Himmler ele não pôde fazer nada ao invés de dizer a verdade sobre ele e, em suas *Memórias 1940-1945* (Londres, 1956, p. 119) ele é enfático em afirmar que Himmler não advogava a morte dos judeus mas favorecia sua emigração ao além-mar. Nem Kersten implica Hitler. Entretanto, a credibilidade de sua narrativa anti-nazi é completamente reduzida a pó quando, em busca de um vilão alternativo, ele diz que o Dr. Goebbels era o verdadeiro advogado da "exterminação". Esta alegação sem sentido é amplamente desprovada pelo fato de que Goebbels ainda estar preocupado com o projeto Madagascar mesmo quando ele havia sido temporariamente suspenso pelo Ministério do Exterior alemão, como mostramos antes.
Já é o suficiente de provas falsas em Nürnberg. Referência já foi feita também aos milhares de "depoimentos escritos" que foram aceitos na corte de Nürnberg sem qualquer tentativa de ter certeza da autenticidade de seus conteúdos e mesmo da sua autoria. Este documentos de "ouvir-falar", muitas vezes de caráter bizarro, foram introduzidos como "prova" se tivessem a assinatura requerida. Um típico depoimento de acusação contestado pela defesa no Julgamento dos Campos de Concentração de 1947 era de Alois Hoellriegel, um membro do pessoal do campo de Mauthausen na Áustria. Este depoimento, que a defesa conseguiu provar que havia sido fabricado durante a tortura de Hoellriegel, já havia sido usado para garantir a condenação do General S.S. Ernst Kaltenbrunner em 1946. Ele afirmava que a operação de gaseamento em massa havia começado em Mauthausen e que ele vira Kaltenbrunner (o maior líder das S.S. no Reich com a exceção de Himmler) tomando parte nela.
No tempo do Julgamento dos Campos de Concentração (o julgamento de Pohl) um ano depois, havia se tornado impossível de sustentar esse pedaço de mentiras quando foi produzido na corte de novo. A defesa não apenas demonstrou que o depoimento era falso, mas que também todas as mortes em Mauthausen haviam sido sistematicamente checadas pela autoridades policiais locais. Eles também entraram com o registro do campo, e um embarassamento particular foi causado na promotoria quando os registros de Mauthausen, um dos poucos que sobreviveram, foi mandado como prova. A defesa obteve também inúmeros depoimentos do ex-prisioneiros de Mauthausen (um campo de prisão principalmente para criminosos comuns) testemunhando as condições humanas e ordeiras lá.

ACUSAÇÕES ALIADAS NÃO ACREDITADAS

Não há testemunho mais eloqüente da tragédia e da tirania de Nürnberg do que a patética surpresa ou a não-crença ultrajada dos acusados mesmos em frente às grotescas acusações feitas contra eles. Tal se reflete no depoimento do Major-General S.S. Heinz Fanslau, que visitou a maioria dos campos de concentração alemães durante os últimos anos da guerra. Apesar de ser um soldado de linha de frente da Waffen S.S., Fanslau ficou com um grande interesse nas condições dos campos de concentração, e ele foi escolhido como alvo primordial pelos Aliados para a acusação de uma conspiração para aniquilar os judeus. Foi afirmado, na base de seus muitos contatos, que ele deveria estar totalmente envolvido.

Quando se ouviram os primeiros rumores de que seria julgado e condenado, centenas de depoimentos foram escritos em sua ajuda por ex-internos dos campos que ele havia visitado. Quando ele leu toda a acusação contra o pessoal dos campos de concentração no Julgamento de Nürnberg suplementar nº 4, no dia 6 de maio de 1947, Fanslau declarou em descrença: "Isto não pode ser possível, porque eu, também, teria ficado sabendo de algo sobre isso."

Deve ser enfatizado que durante os procedimentos de Nürnberg, os líderes alemães sob julgamento nunca acreditaram por um momento nas alegações da promotoria aliada. Hermann Goering, que foi exposto ao choque total da propaganda de atrocidades de Nürnberg, não foi convencido. Hans Fritzsche, em julgamento como o mais alto funcionário do Ministério de Goebbels, relata que Goering, mesmo após ouvir o depoimento Ohlendorf sobre as *Einsatzgruppen* e o testemunho Hoess sobre Auschwitz, continuou convencido de que o extermínio de judeus era inteiramente uma ficção propagandística (*The Sword in the Scales*, Londres, 1953, p. 145). Num ponto durante o julgamento, Goering declarou que a primeira vez que havia ouvido falar disto "foi agora, bem aqui em Nürnberg". (Shirer, ibid., p. 1147) Os escritores judeus Poliakov, Reitlinger, Manvell e Frankl todos tentam implicar Goering no suposto extermínio, mas Charles Bewley em seu livro *Hermann Goering* (Göttingen, 1956) demonstra que nem a menor prova foi achada em Nürnberg para substanciar a acusação.

Hans Fritzsche ponderou sobre toda a questão durante os julgamentos, e ele conclui que certamente não houve uma investigação verdadeira destas acusações monstruosas. Fritzsche, que foi absolvido, era um associado de Goebbels e um talentoso propagandista. Ele notou que o alegado massacre de judeus era o principal ponto da acusação contra todos os réus. Kaltenbrunner, que sucedeu Heydrich como chefe do Escritório Central da Segurança do Reich e era o principal defensor das S.S. devido à morte de Himmler, não ficou mais convencido das acusações que Goering. Ele confidenciou a Fritzsche que a promotoria estava conseguindo aparentes sucessos por causa de sua técnica de coerção de testemunhas e supressão de provas, e que era precisamente a acusação dos juízes Wenersturm e van Roden.

6. AUSCHWITZ E OS JUDEUS POLONESES

O campo de concentração de Auschwitz perto de Cracóvia na Polônia se mentém como o centro do alegado extermínio de milhões de judeus. Mais tarde veremos como, quando foi descoberto por observadores britânicos e americanos honestos depois da guerra que nenhuma "câmara de gás" existiram em campos alemães como Dachau e Bergen-Belsen, a atenção foi trocada para os campos orientais, particularmente Auschwitz. Câmaras definitivamente existiram lá, é afirmado. Infelizmente, os campos orientais estavam na zona de ocupação russa, então ninguém podia verificar se estas alegações eram verdade ou não.

Os russos se recusaram a permitir que qualquer um visse Auschwitz até mais ou menos 10 anos após a guerra, tempo durante o qual eles foram aptos a alterar sua aparência e dar alguma credibilidade à alegação de que milhões de pessoas foram lá exterminadas. Se alguém duvida que os russos sejam capazes de tal fraude, deve se lembrar dos monumentos erigidos nos locais onde milhares de pessoas foram assassinadas na Rússia pela polícia secreta comunista - mas onde os monumentos proclamam que foram vítimas das tropas alemãs na Segunda Guerra Mundial.
A verdade sobre Auschwitz era a de que era o maior e mais importante campo de concentração industrial, produzindo todo tipo de material para a indústria de guerra. O campo consistia de fábricas de petróleo e borrachas sintéticos construídas pela I.G. Farben Industrie, para que os prisioneiros proporcionavam trabalho. Auschwitz também continha uma estação de pesquisa de agricultura, com laboratórios, viveiros de plantas e facilidades para a procriação de animais, bem como fábricas de armamentos da Krupp. Já dissemos que este tipo de atividade era a função primária dos campos; todas as grandes firmas tinham subsidiárias neles e a S.S. até abriu suas próprias fábricas. Relatos de visitas de Himmler a campos mostra que seu principal propósito era inspecionar e aumentar sua eficiência industrial. Quando ele visitou Auschwitz em março de 1941 acompanhado por altos executivos da I.G. Farben, ele não demonstrou interesse nenhum nos campos como receptores de prisioneiros, mas meramente ordenou que o campo fosse aumentado para pegar 100.000 presos para fornecer trabalho à I.G. Farben. Isto dificilmente está de acordo cum uma política de exterminar prisioneiros aos milhões.

MAIS E MAIS MILHÕES

Foi entretanto neste único campo que mais ou menos a metade dos seis milhões de judeus teriam sido exterminados, mas, na verdade, alguns escritores afirmam 4 e até 5 milhões. Quatro milhões foi o número sensacional anunciado pelo Governo Soviético depois que os comunistas "investigaram" o campo, e ao mesmo tempo estavam tentando jogar a culpa do massacre de Katyn nos alemães. Reitlinger admite que a informação sobre Auschwitz e outros campos orientais vem dos regimes comunistas do pós-guerra na Europa Oriental: "A evidência concernente aos campos da morte poloneses foi na sua maior parte pega após a guerra pelas Comissões do Estado polonês ou pela Comissão Central Histórica Judaica da Polônia". (*The Final Solution*, p. 631).
Entretanto, nenhuma verdadeira, autêntica testemunha ocular destes "gaseamentos" jamais foi produzida ou validada. Benedikt Kautsky, que passou sete anos em campos de concentração, incluindo três em Auschwitz, alegou em seu livro *Teufel und Verdammte* (Zürich, 1946) que "não menos de 3.500.000 de judeus foram mortos lá. Era certamente uma afirmação notável, por causa de sua própria admissão de nunca ter visto uma câmara de gás. Ele confessou: "Eu estive nos grandes campos de concentração alemães. Entretanto, eu deve estabelecer a verdade de que em nenhum campo eu vi uma instalação como uma câmara de gás." (p. 272-3). A única execução que ele na verdade testemunhou foi quando dois prisioneiros poloneses foram executados por terem assassinado dois prisioneiros judeus.

Kautsky, que foi mandado de Buchenwald em outubro de 1942 para trabalhar em Auschwitz-Buna, sublinha em seu livro que o uso de prisioneiros na indústria de guerra era a principal função das políticas dos campos de concentração até o final da guerra. Ele falha em conciliar isto com uma alegada política de extermínio de judeus.
O extermínio em Auschwitz alegadamente ocorreu entre março de 1942 e outubro de 1944; o número de metade de seis milhões, portanto, significa a exterminação e destruição de 94.000 corpos por mês durante trinta e três meses - aproximadamente 3.350 pessoas todos os dias, dia e noite, durante dois anos e meio. Este tipo de coisa é tão absurda que escarçamente precisa de refutação. E ainda Reitlinger afirma bem seriamente que Auschwitz podia destruir não menos de 6.000 pessoas por dia.
Apesar dos 6.000 por dia de Reitlinger darem um total até Outubro de 1944 de 5 milhões, todas tais estimativas empalidecem diante das fantasias de Olga Lengyel em seu livro *Five Chimneys* (Cinco Chaminés, Londres, 1959). Afirmando ser uma ex-prisioneira de Auschwitz, ela afirma que o campo cremava "720 por hora, ou 17.280 corpos por cada período de 24 horas". Ela também afirma que, em adição, 8.000 pessoas eram queimadas todos os dias em "covas coletivas da morte" e que, portanto, "Em números redondos, mais ou menos 24.000 corpos eram destruídos todos os dias." (p. 80-81). Isto dá uma taxa anual de mais de 8,5 milhões. Portanto, entre Março de 1942 e Outubro de 1944, Auschwitz teria finalmente destruído mais de 21 milhões de pessoas, seis milhões mais do que toda a população judaica do mundo. Comentário aqui é supérfluo.
Apesar de vários milhões supostamente morreram apenas em Auschwitz, Reitlinger admite que apenas 363.000 internos foram registrados no campo em todo o período entre Janeiro de 1940 e Fevereiro de 1945 (*The S.S.: Alibi of a Nation*, p. 268) e de maneira alguma todos eles eram judeus. É freqüentemente afirmado que muitos prisioneiros nunca foram registrados, mas ninguém jamais ofereceu uma prova disto. Mesmo se houvessem tantos não-registrados como registrados, isto daria um total de apenas 750.000 prisioneiros - dificilmente o suficiente para a eliminação de 3 ou 4 milhões. Mais, grandes números da população dos campos foi libertada ou evacuada a outros locais durante a guerra, e bem no final 80.000 foram evacuados em direção a oeste em Janeiro de 1945 antes que os russos chegassem.
Um exemplo irá ilustrar as fraudes estatísticas em relação às mortes em Auschwitz. Shirer afirma que, no verão de 1944, não menos de 300.000 judeus húngaros foram mortes em apenas 46 dias (ibid., p. 1156). Isto seria quase toda a população judaica húngara, que era composta por 380.000 pessoas. Mas de acordo com o Escritório Central de Estatística de Budapest ainda haviam 260.000 judeus na Hungria em 1945 (o que está mais ou menos de acordo com o número do Comitê de Distribuição Conjunta de 220.00), portanto apenas 120.000 foram classificados como não-residentes. Destes, 35 mil eram emigrantes fugindo do novo regime comunista, e outros 25.000 eram mantidos na Rússia após ter trabalhado em batalhões de trabalho alemães lá. Isto deixa apenas 60.000 judeus húngaros não-contados, mas M.E. Namenyi estima que 60.000 judeus voltaram da deportação à Alemanha, apesar de Reitlinger dizer que o número é muito alto (*The Final Solution*, p. 497). Possivelmente é, mas, tendo em mente a substancial emigração dos judeus húngaros no pré-guerra (cf. Report

of the IRC, Vol I, p. 649), o número de perdas dos judeus húngaros deve ter sido realmente bem baixo.

AUSCHWITZ: DESCRIÇÃO DE UMA TESTEMUNHA OCULAR

Alguns fatos novos sobre Auschwitz estão a final começando a tentar aparecer. Eles estão contidos num recente livro chamado *Die Auschwitz-Lüge: Ein Erlebnisbericht* von Thies Christophersen (As Mentiras de Auschwitz: Uma Descrição de Suas Experiências por Thies Christophersen, Kritik-Verlag/Mohnkirch, 1973). Publicado pelo advogado alemão Dr. Manfred Roeder no periódico *Deutsche Bürger-Iniative*, é uma descrição de testemunha ocular por Thies Christophersen, que foi mandado aos laboratórios das fábricas Bunawerk em Auschwitz para pesquisar sobre a produção de borracha sintética para o Kaiser-Wilhelm Institut. Em maio de 1973, não muito antes do aparecimento de seu livro, o veterano "caçador de nazistas" judeu Simon Wiesenthal escreveu à Câmara de Advogados de Frankfurt, exigindo que o editor e escritor do Prefácio, Dr. Roeder, um membro da Câmara, fosse trazido adiante sua comissão disciplinar. Claro, os procedimentos começaram em julho, mas sem duras críticas até mesmo da imprensa, que perguntou "É Simon Wiesenthal o novo Gauleiter da Alemanha?" (*Deutsche Wochenzeitung*, 27 de julho de 1973).
O depoimento de Christophersen é certamente um dos mais importantes documentos para uma reavaliação de Auschwitz. Ele passou todo o verão de 1944 lá, tempo durante o qual ele visitou todos os campos separados formadores do grande complexo Auschwitz, incluindo Auschwitz-Birkenau onde os alegados massacres em massa de judeus aconteceram. Christophersen, entretanto, não tem dúvidas de que isto é uma completa mentira. Ele escreve: "Eu estive em Auschwitz de Janeiro de 1944 até Dezembro de 1944. Após a guerra eu ouvi sobre os assassinatos em massa supostamente perpetrados pelas S.S. contra os prisioneiros judeus, e eu fiquei perfeitamente espantado. Apesar de todas as evidências de testemunhas, todos os escritos jornalísticos e difusão por rádio e TV, eu ainda não acredito hoje nestas alegações horríveis. Já disse isto muitas vezes e nos mais diversos lugares. Mas nunca se é acreditado" (p. 16).
O espaço impede um sumário detalhado das experiências do autor em Auschwitz, que inclui fatos sobre a rotina do campo e a vida diária dos prisioneiros totalmente contrários às alegações da propaganda (pp. 22-27). Mais importantes são suas revelações sobre a suposta existência de um campo de extermínio. "Durante toda a minha permanência em Auschwitz, eu jamais vi a menor evidência de gaseamentos em massa. Também, o odor de carne queimando que freqüentemente é dito ficaria sobre os campos é uma mentira dos pés à cabeça. Na vizinhança do campo principal (Auschwitz I) estava uma grande fábrica, de onde o cheiro de ferro derretido era naturalmente não muito agradável" (p. 33-34). Reitlinger confirma que existiam cinco alto-fornos e cinco minas de carvão (collieries) em Auschwitz, que juntamente com as fábricas Bunawerk compunham Auschwitz III (ibid. p 452). O autor concorda que um crematório certamente existiu em Auschwitz, "desde que 200.000 pessoas viviam lá, e qualquer cidade com 200.000 habitantes tinha um crematório. Naturalmente pessoas morriam lá - e não apenas prisioneiros. De fato, a mulher do Obersturmbannführer

A. (o superior de Christophersen) também morreu lá" (p. 33). O autor explica: "Não haviam segredos em Auschwitz. Em setembro de 1944 uma comissão da Cruz Vermelha Internacional foi ao campo para uma inspeção. Eles estavam particularmente interessados no campo de Birkenau, apesar de termos também muitas inspeções em Raisko (setor de Bunawerk, p. 35).

Christophersen aponta que as constantes visitas a Auschwitz por parte de estranhos não podem ser reconciliadas com as alegações de extermínio em massa. Quando descrevendo a visita de sua esposa ao campo em Maio, ele observa: "O fato de que era possível receber visitas de nossos parentes a qualquer momento demonstra a abertura da administração do campo. Houvesse Auschwitz sido um grande campo de extermínio, nós certamente não poderíamos receber tais visitas" (p. 27).

Após a guerra, Christophersen ouviu da alegada existência de um prédio com chaminés gigantes na vizinhança do campo principal. "Isto era supostamente um crematório. Entretanto, eu deve deixar escrito o fato de que quando eu deixei o campo de Auschwitz em Dezembro de 1944, eu não havia visto aquele edifício lá" (p. 37). Este edifício misterioso existe atualmente? Aparentemente não; Reitlinger afirma que foi demolido "e completamente queimado sob as vistas de todo o campo" em Outubro, apesar de Christophersen nunca ter visto esta demolição pública. Apesar de ser dito que tenha ocorrido "sob as vistas de todo o campo", foi alegadamente vista por apenas uma testemunha judia, o certo Dr. Bendel, e ele é a única testemunha do fato (Reitlinger, ibid p. 497). Esta situação é bem típica. Quando se chega a evidência pesada, é bem evasivo: o prédio foi "demolido", o documento foi "perdido", a ordem foi "verbal". Em Auschwitz hoje, aos visitantes é mostrada uma pequena fornalha e lhes é dito milhões de pessoas foram exterminadas. O Comissão do Estado Soviético que "investigou" o campo anunciou a 12 de maio de 1945 que "usando coeficientes retificados ... a comição técnica de experts conclui que durante o tempo em que o campo de Auschwitz existiu, os carniceiros alemães exterminaram neste campo não menos de 4 milhões de cidadãos..." O comentário surpreendentemente franco de Reitlinger sobre isto é perfeitamente adequado: "O mundo não mais acredita nestes "coeficientes retificados" e o número de quatro milhões se tornou ridículo" (ibid, p. 460).

Finalmente, a descrição do Sr. Christophersen chama a atenção a uma circunstância bem curiosa. O único defensor que não apareceu no Julgamento Frankfurt de Auschwitz em 1963 foi Richard Baer, o sucessor de Rudolf Hoess como comandante de Auschwitz. Apesar de em perfeita saúde, ele repentinamente morreu na prisão antes do julgamento começar, "de um modo muito misterioso", de acordo com o jornal *Deutsche Wochenzeitung* (27 de julho de 1973). A repentina morte de Baer antes de dar provas é especialmente estranha, já que o jornal parisiense *Rivarol* anotou sua insistência de que "durante todo o tempo em que ele governou Auschwitz, ele jamais viu quaisquer câmaras de gás e nem acreditava que tais coisas houvessem existido", e de tal crença nada poderia dissuadí-lo. Resumindo, a descrição de Christophersen dá uma coleção gigantesca de provas demonstrando que o complexo industrial gigante de Auschwitz (que compreendia 30 instalações separadas e divididas pela linha ferroviária principal Viena-Cracóvia) não era

nada além de um vasto centro de produção de guerra, o qual, enquando certamente empregando o trabalho obrigatório dos detentos, não era certamente um local de "extermínio em massa".

O GUETO DE VARSÓVIA

Em termos de números, os judeus poloneses supostamente sofreram a maior parte da exterminação, e não apenas em Auschwitz, mas numa inacabável lista de recentemente-descobertos "campos da morte" como os de Treblinka, Sobibor, Belzec, Majdanek, Chelmno e muitos outros lugares obscuros que recentemente ganharam proeminência. No centro do alegado extermínio de judeus poloneses está a dramática insurreição de Abril de 1943 no gueto de Varsóvia. Ela é freqüentemente retratada como uma revolta contra ser deportado às câmaras de gás; presumivelmente, o alegado assunto das "conversas secretas" de Hitler e Himmler vazaram e ganharam grande publicidade em Varsóvia. O caso do gueto de Varsóvia é um insight instrutivo na criação da lenda do extermínio em si mesma. De fato, a sua evacuação pelos alemães em 1943 é freqüentemente referida como "o extermínio dos judeus poloneses" apesar de não ser nada disso, e a neblina do mito tende a cercá-la depois da publicação dos livros sensacionais como *The Wall* de John Hersey, e *Exodus*, de Leon Uris.

Quando os alemães primeiramente ocuparam a Polônia, eles confinaram os judeus, não em campos de detenção mas em guetos por questões de segurança. A administração interna dos guetos estava nas mãos de Conselhos Judaicos eleitos por eles mesmos, e eram policiados por uma independente Polícia Judaica. Notas de dinheiro especiais foram introduzidas nos guetos para evitar a especulação. Sendo este sistema certo ou errado, é compreensível em tempo de guerra, e apesar de o gueto ser uma criação social desagradável, não é de modo algum bárbaro. E certamente não é uma organização para a destruição de uma raça. Mas, claro, é freqüentemente dito que este era o propósito dos guetos. Uma recente publicação sobre o gueto de Varsóvia faz a fantasiosa afirmação de que os campos de concentração "eram um substituto para a prática de socar os judeus em super-populados guetos e esfomeá-los até a morte". Parece que para qualquer sistema de segurança utilizado pelos alemães, e não importando a distância até onde fossem para preservar ao menos uma aparência de comunidade para os judeus, nunca escaparão às acusações de "extermínio".

Já foi estabelecido que o censo de 1931 da população judaica polonesa colocou o número de judeus em 2.732.600, e que após a emigração e fuga para a União Soviética, não mais de 1.100.000 estavam sob controle alemão. Estes fatos incontestáveis, entretanto, não evitam que Manvell e Frankl afirmem que "haviam mais de 3 milhões de judeus na Polônia quando a invasão alemã começou", e que em 1942 "alguns 2 milhões ainda esperavam a morte" (ibid, p. 140). Na verdade, do mais ou menos um milhão dos judeus na Polônia, quase a metade, cerca de 400.000, foram eventualmente concentrados no gueto de Varsóvia, uma área de mais ou menos 2,5 milhas quadradas em volta do velho gueto medieval. O restante já havia sido removido ao Governo-Geral da Polônia por volta de setembro de 1940. No verão de 1942, Himmler ordenou o reassentamento de todos os judeus poloneses em campos de

detenção para conseguir seu trabalho, parte do sistema de concentração geral para obtenção de trabalho no Governo-Geral. Portanto entre julho e outubro de 1942, mais de três quartos dos habitantes do gueto de Varsóvia foram pacificamente evacuados e transportados, supervisionados pela própria Polícia judia. Como vimos, o transporte para os campos alegadamente teria terminado em "extermínio", mas não há a menor dúvida dada as evidências existentes de que envolvia apenas a efetiva procura de trabalho e a prevenção de desordens. Em primeiro lugar, Himmler descobriu durante uma visita-surpresa a Varsóvia em janeiro de 1943 que 24.000 judeus registrados como trabalhando em armamentos estavam de fato trabalhando ilegalmente como alfaiates e peleiros (Manvell & Frankl, ibid, p. 140); o gueto estava também sendo utilizado como base para incursões subversivas na área principal de Varsóvia.
Após cinco meses de evacuação pacífica, quando apenas 60.000 judeus permaneciam no gueto residencial, os alemães encontraram uma rebelião armada a 18 de janeiro de 1943. Manvell e Frankl admitem que "os judeus envolvidos com o planejamento da resistência tinham por um longo tempo estado engajados em contrabandear armas de fora, e grupos de combate atiraram em e mataram homens das S.S. e milícias a cargo de colunas de deportados". Os terroristas do levante do gueto foram também ajudados pelo Exército "de casa" Polonês (Polish Home Army) e pelo PPR - Polska Partia Robotnicza, o Partido Comunista dos Trabalhadores Poloneses. Era sobre estas circunstâncias de uma revolta ajudada pelos guerrilheiros e pelos comunistas que as forças ocupantes, como qualquer exército faria em situação similar, se moveram para suprimir os terroristas, se necessário pela destruição da própria área residencial. Deve ser lembrado que todo o processo de evacuação teria continuado pacificamente se extremistas entre os habitantes não tivessem planejado uma revolução armada que no fim já estava condenada a falhar. Quando o S.S. Leutnant-General Stroop entrou no gueto com carros armourados a 19 de abril, ele imediatamente ficou sob fogo e perdeu 12 homens; as perdas alemães e polacas na batalha, que durou quatro semanas, totalizou 101 homens mortos e feridos. A resistência obstinada do Organização Judaica de Combate em face de dificuldades muito grandes levaram a um estimado total de 12.000 perdas judias, a maioria por ficar em prédios pegando fogo. Um total, entretanto, de 56.065 habitantes foram capturados e pacificamente relocados na área do Governo-Geral. Muitos judeus de dentro do gueto haviam detestado o terror imposto a eles pela Organização de Combate, e tentaram informar seu quartel-general às autoridades alemãs.

SOBREVIVENTES REPENTINOS

As circunstâncias envolvendo a revolta do gueto de Varsóvia bem como as deportações aos campos de trabalho orientais como Auschwitz levaram aos contos mais coloridos concernentes ao destino dos judeus poloneses, o maior bloco de judeus da Europa. O Jewish Joint Distribution Committee, em números preparados por ele para os Julgamentos de Nürnberg, afirmou que em 1945 haviam apenas 80.000 judeus remanescentes na Polônia. Eles também alegaram que não haviam judeus polacos desalojados deixados na Alemanha ou

na Áustria, uma afirmação um pouco contraditória em relação ao número de judeus poloneses presos pelos americanos e britânicos por atividades no mercado negro. Entretanto, o novo regime comunista na Polônia foi inapto para prevenir um gigantesco pogrom anti-judeu em Kielce a 5 de julho de 1946, quando mais de 150.000 judeus poloneses repentinamente fugiram para a Alemanha Ocidental. Sua aparição foi bem embaraçosa, e sua emigração à Palestina e aos Estados Unidos foi arranjada em tempo recorde. Subseqüentemente, o número de sobreviventes judeu-poloneses passou por uma revisão considerável: no *American-Jewish Yearbook* 1948-49, o número de judeus poloneses sobreviventes foi dado como sendo de 390.000, um grande avanço em relação aos 80.000 originais. Podemos esperar mais revisões para cima no futuro.

7. ALGUMAS MEMÓRIAS DE CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

A mais influente agência na propagação da lenda do extermínio foi a indústria de livros e revistas, e é através de suas sensacionais publicações, produzidas para ganho comercial, que a pessoa mediana é tornada consciente de um mito de caráter e propósitos totalmente políticos. O apogeu destes livros "ódio-à-Alemanha" foi na década de 1950, quando uma germanofobia virulenta achou um mercado pronto, mas a indústria continua a florescer e está experimantando outro boom hoje. Os produtos da indústria consistem principalmente das chamadas "memórias", e estas caem em duas categorias básicas: aquelas que são supostamente de antigos homens S.S., comandantes de campos e por aí se vai, e aquelas reminiscências pavorosas de alegados ex-internos de campos de concentração.

ORIGENS COMUNISTAS

Das do primeiro tipo, o maior exemplo é *O Comandante de Auschwitz* por Rudolf Hoess (Londres, 1960), que foi originalmente publicado em polonês como *Wspomnienia* pelo governo comunista. Hoess, um jovem que chegou a Auschwitz em 1940, foi primeiramente preso pela polícia britânica e detido em Flensburg, mas logo foi entregue às autoridades polonesas comunistas que o condenaram à morte em 1947 e o executaram quase imediatamente. As chamadas "memórias de Hoess" são sem sombra de dúvida uma fraude produzida sob auspícios comunistas, como demonstraremos, apesar dos próprios comunistas afirmarem que Hoess foi ordenado a "escrever a história de sua vida", e um original escrito a mão supostamente existe, apesar de ninguém jamais tê-lo visto. Hoess foi submetido a torturas e técnicas de "lavagem cerebral" pelos comunistas durante seu período na prisão, e seu depoimento em Nürnberg foi enunciado num monótono negligente enquanto ele olhava fixamente para algum ponto no espaço. Até Reitlinger rejeita este testemunho como inconfiável. É de fato notável o quando das "provas" em relação aos Seis Milhões tem sua origem em fontes comunistas; isto incluiu grandes documentos como o depoimento

Wisliceny e as "memórias" de Hoess, que são sem dúvida os dois itens mais citados na literatura exterminacionista, bem como toda a informação referente aos chamados "campos da morte", como alegadamente Auschwitz. Esta informação vem da Comissão Histórica Judaica da Polônia; da Comissão Central para a Investigação dos Crimes de Guerra, Varsóvia; e da Comissão Estatal Russa dos Crimes de Guerra, Moscou.

Reitlinger concorda que o testemunho de Hoess em Auschwitz em Nürnberg era um catálogo de exagerações fantásticas, como a de que Auschwitz estaria dispondo 16.000 pessoas por dia, o que daria ao final da guerra um total de mais de 13 milhões. Ao invés de expor tais estimativas como as fraudes de inspiração soviética que elas obviamente são, Reitlinger e outros preferem pensar que tais exagerações ridículas eram devidas ao "orgulho" por ter feito um "trabalho profissional". Ironicamente, isto é completamente irreconciliável com as supostamente autênticas memórias de Hoess, que fazem uma clara tentativa de sugerir a opinião contrária de desgosto por esse trabalho. Hoess supostamente "confessou" um total de 3 milhões de exterminados em Auschwitz, apesar de em seu próprio julgamento em Varsóvia a promotoria ter reduzido o número a 1.135.000. Entretanto, já foi notado que o Governo Soviético anunciou um total de 4 milhões após sua "investigação" do campo em 1945. Este tipo de casuais trocas envolvendo milhões de pessoas aparentemente não perturba os escritores da literatura exterminacionista.

Uma revisão das "memórias" de Hoess como todos os seus horríveis detalhes seria tediosa. Poderemos nos confinar àqueles aspectos da lenda do extermínio que são designados com o óbvio propósito de prevenir qualquer prova de sua falsidade. Como, por exemplo, é a maneira na qual o alegado extermínio de judeus é descrito. Foi supostamente levado a efeito por um "destacamento especial" de prisioneiros judeus. Eles cuidavam dos contingentes recém-chegados ao campo, levavam-os à enormes "câmaras de gás" e destruíam os corpos depois. Os S.S., portanto, faziam muito pouco, assim a maioria do pessoal S.S. do campo podia ser mantido em completa ignorância do "programa de extermínio". É claro, nenhum judeu jamais foi achado que afirmasse ser um membro deste horrendo "destacamento especial", assim todo o assunto é deixado convenientemente sem provas. Vale a pena repetir que nenhuma autêntica testemunha ocular destes eventos jamais apareceu.

Evidência conclusiva de que as memórias de Hoess são mentiras forjadas está numa incrível falha dos editores comunistas. Hoess supostamente disse que os Testemunhas de Jeová de Auschwitz aprovavam o assassinato dos judeus porque os judeus eram os inimigos de Cristo. É bem conhecido que na Rússia Soviética hoje e em todos os seus países satélites da Europa oriental conduzem uma amarga campanha de supressão contra os Testemunhas de Jeová, os quais eles consideram a seita religiosa mais perigosa à crença comunista. Que esta seita é deliberadamente e grandemente difamada nas "memórias" de Hoess prova as origens comunistas do documento além de qualquer dúvida.

REMINISCÊNCIAS INCRIMINATÓRIAS

Certamente a mais apócrifa e espúria "memória" já publicadas foram aquelas de Adolf Eichmann. Antes de seu ilegal seqüestro pelos israelenses em maio de 1960, e a chama da

publicidade internacional que atendeu ao evento, poucas pessoas haviam ouvido falar dele. Ele era realmente uma pessoa relativamente sem importância, chefe do Escritório A4b no Departamento IV (Gestapo) do Escritório Central da Segurança do Reich. Seu escritório supervisionou o transporte a campos de detenção de uma seção particular dos estrangeiros inimigos, os judeus. Uma inundação positiva de asneiras inalduteradas choveu ao mundo em 1960, da qual podemos citar como exemplo o livro de Comer Clarke *Eichmann: The Savage Truth* "As orgias freqüentemente iam até as seis da manhã, poucas horas antes de designar o próximo grupo de vítimas para a morte", diz Clarke no capítulo "Treamlined Death and Wild Sex Orgies p. 124).
Bem estranhamente, as alegadas "memórias" de Adolf Eichmann repentinamente apareceram no tempo de seu seqüestro para Israel. Elas foram sem críticas publicadas pela revista americana *Life* (28 de novembro de 1960) e supostamente foram dadas por Eichmann a um jornalista na Argentina pouco antes de sua captura - uma impressionante coincidência. Outras fontes, entretanto, dão uma versão inteiramente diferente de sua origem, afirmando que era uma coletânea de comentários de Eichmann a um "associado" em 1955, apesar de ninguém se incomodar em identificar esta pessoa. Por uma coincidência igualmente extraordinária, os investigadores de crimes de guerra afirmaram logo após terem "achado" nos arquivos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, mais de 15 anos após a guerra, o "arquivo completo" do departamento de Eichmann. Até onde as "memórias" estão envolvidas, elas foram feitas para ser tão horrivelmente incriminadoras quanto possível, sem invadir até muito longe o reino da pura fantasia , e descrevem Eichmann falando com enorme prazer da "aniquilação física dos judeus". Sua fraudulência também é atestada por vários erros factuais, como de que Himmler já estava no comando do Exército de Reserva em Abril de 1944, ao invés de após o complô de julho contra a vida de Hitler, um fato do qual Eichmann certamente teria sabido. O aparecimento destas "memórias" precisamente no momento certo deixam fora de dúvida que seu objetivo era apresentar uma propaganda pré-julgamenyto do arquetípico "nazista não-regenerado" e demônio em forma humana.

FABRICAÇÕES DE TREBLINKA

As últimas reminiscências a aparecer impressas são as de Franz Stangl, ex-comandante do campo em Treblinka na Polônia que foi sentenciado à prisão perpétua em dezembro de 1970. Estes foram publicados num artigo pelo London *Daily Telegraph Magazine*, 8 de outubro de 1971, e eram supostamente derivados de uma sére de entrevistas com Stangl na prisão. Ele morreu poucos dias após as entrevistas serem concluídas. Estas alegadas reminiscências são certamente as mais fantasiosas e bizarras jamais publicadas, apesar de que um ainda é grato por algumas admissões do escritor do artigo, como que "a evidência apresentada no curso de seu julgamento não prova que Stangl tenha cometido atos específicos de assassinato" e que a descrição dos começos de Stangl na Polônia "é em parte invenção".
Um exemplo típico desta fabricação era a descrição da primeira visita de Stangl a Treblinka. Quando ele se dirigiu à estação de trem lá, ele supostamente viu "milhares de corpos"

colocados perto dos trilhos, "centenas, não, milhares de corpos por todo lugar, putrefando, se decompondo". E "na estação estava um trem cheio de judeus, alguns mortos, alguns ainda vivos... parecia que haviam estado lá por dias". A descrição chega a picos de absurdidade quando Stangl alegadamente saiu de seu carro e "pisei até os joelhos em dinheiro. Eu não sabia a que lado de mover, que caminho seguir. Eu andei por notas de papel, moedas, pedras preciosas, jóias e roupas. Estavam em todo lugar, espalhadas por todo o local". A cena é completada por "prostitutas de Varsóvia bêbadas, dançando, cantanto e fazendo música", que estavam do outro lado das cercas de arame farpado. Para literalmente acreditar neste relato de pisar "até os joelhos" em notas bancárias judias e pedras preciosas em meio a milhares de corpos em putrefação e prostitutas cantando iria requerer o mais fenomenal degrau de credulidade, e em qualquer outras circunstância exceto na lenda dos Seis Milhões iria ser jogada foram como a mais ultrajante besteira.
A afirmação que certamente rouba das memórias de Stangl qualquer vestígio de autenticidade é sua alegada resposta quando perguntado porque ele achava que os judeus estavam sendo exterminados: "Eles queriam o dinheiro dos judeus" é a resposta. "Aquele negócio racial era apenas secundário." As séries de entrevistas supostamente acabaram na verdade numa nota altamente dúbia. Quando perguntado se ele achava que havia "qualquer senso concebível neste horror", o ex-comandante nazista supostamente replicou com entusiasmo: "Sim, estou certo de que havia. Talvez os judeus precisassem desse enorme solavanco para colocá-los juntos; para criar um povo; para se identificarem uns com os outros." Se poderia escarçamente imaginar uma resposta mais perfeita se fosse inventada.

UMA FRAUDE BEST-SELLER

Da outra variedade de memórias, aquelas que apresentam um retrato dos frágeis judeus pegos no meio do nazismo, o mais celebrado é sem dúvida o *Diário* de Anne Frank, e a verdade no que concerne a este livro é apenas uma impressionante visão interna sobre as fabricações de uma lenda de propaganda. Publicado primeiramente em 1952, o *Diário* de Anne Frank se tornou um imediato best-seller; desde então tem sido republicado, com mais de 40 edições, e foi transformado num bem-sucedido filme de Hollywood. Apenas em royalties, Otto Frank, pai da garota, fez uma fortuna da venda do livro, que teoricamente representa a tragédia da vida real de sua filha. Com seu apelo direto às emoções, o livro e o filme influenciaram literalmente milhões de pessoas, certamente mais através do mundo do que qualquer história de seu tipo. E apenas sete anos após sua primeira edição, um caso da Suprema Corte de Nova York estabeleceu que o livro era uma fraude.
O *Diário* de Anne Frank tem sido vendido ao público como o verdadeiro diário de uma garota judia de Amsterdam, que ela escreveu com 12 anos enquanto sua família e quatro outros judeus estavam se escondendo no quarto de trás de uma casa durante a ocupação alemã. Eventualmente, eles foram presos e detidos num campo de concentração, onde Anne Frank supostamente morreu quando tinha 14 anos. Quando Otto Frank foi liberado do campo no final da guerra, ele retornou à casa de Amsterdam e "achou" o diário de sua filha escondido no telhado.

A verdade sobre o *Diário* de Anne Frank foi primeiro revelada pelo jornal sueco *Fria Ord.* Estabeleceu que o novelista judeu Meyer Levin havia escrito o diálogo do "diário" e estava pedindo pagamento por seu trabalho numa ação judicial contra Otto Frank. Uma condensação dos artigos suecos apareceu no *American Economic Council Letter*, de 15 de abril de 1959, como segue:

> "A História tem muitos exemplos de mitos que vivem uma vida mais longa e mais rica que a verdade, e podem se tornar mais efetivos que a verdade."
> "O mundo ocidental conheceu há alguns anos uma garota judia pelo que se representa como sua história escrita pessoalmente, o *Diário* de Anne Frank. Qualquer inspeção literária informada do livro teria mostrado que teria sido impossível ter sido trabalho de um adolescente."
> "Uma decisão digna de nota da Suprema Corte de Nova York confirma este ponto de vista, no qual o bem conhecido escritor judeu-americano Meyer Levin ganhou um prêmio de US$ 50.000 pagos pelo pai de Anne Frank como honorário pelo trabalho de Levin no *Diário* de Anne Frank."

Investigações adicionais troxeram uma resposta no dia 7 de maio de 1962 de uma firma de advogados nova-iorquinos, que afirmava:

> "Eu era o advogado de Meyer Levin por sua ação contra Otto Frank, e outros. É verdade que o júri deu a Mr. Levin US$ 50.000 por danos, como indicado em sua carta. O prêmio foi depois posto de lado pelo juiz do caso, Hon. Samuel C. Coleman, na base de que os danos não haviam sido provados da maneira requerida pela lei. A ação foi subseqüentemente confirmada enquanto um pedido de recorrência da decisão do Juiz Coleman estava pendente.
> "Tenho medo de que este caso mesmo não é oficialmente anunciado, até onde o próprio julgamento, ou até a decisão do Juiz Coleman, estão preocupados. Certas questões de procedimento foram anunciadas no 141 New York Supplement, Second Series 170, e em 5 Second Series 181. O número correto do arquivo no escritório do New York County Clerk é 2241-1956 e o arquivo é provavelmente um grande e cheio..."

Aqui, então, é apenas mais uma fraude em séries inteiras de fraudes efetuadas para dar apoio à lenda do "Holocausto" e a saga dos Seis Milhões. Claro, o caso da corte referindo diretamente à autenticidade do Diário de Anne Frank não foi "oficialmente anunciado."
Uma rápida referência pode também ser feita a outro "diário", publicado não muito depois daquele de Anne Frank e intitulado: *Notes from the Warsaw Ghetto: the Journal of Emmanuel Ringelblum* (Notas do Gueto de Varsóvia: o jornal de Emmanuel Ringelblum, Nova York, 1958). Ringelblum se tornou um líder da campanha de sabotagem contra os alemães na Polônia, bem como da revolta do gueto de Varsóvia em 1943, antes que ele fosse preso e executado em 1944. O jornal Ringelblum, que fala dos usuais "rumores"

alegadamente circulando sobre o extermínio dos judeus na Polônia, apareceu exatamente debaixo dos mesmos auspícios comunistas das chamadas memórias de Hoess. McGraw-Hill, editores da edição americana, admitiram que não lhes foi permitido o acesso ao manuscrito original sem censura em Varsóvia, e então fielmente seguiram o expurgado volume publicado pelo Governo Comunista em Varsóvia em 1952. Todas as "provas" do Holocausto vindo de fontes comunistas deste tipo são sem valor como documentos históricos.

ACUMULANDO MITOS

Desde a guerra, aconteceu um absurdo crescimento de sensacionais literaturas de campos de concentração, a maioria judia, cada livro relatando horror após horror, juntando fragmentos de verdade com as mais grotescas fantasias e imposturas, inacabavelmente criando um edifício de mitologia no qual qualquer relação com fatos históricos já há muito desapareceu. Já nos referimos ao tipo - o absurdo *Five Chimneys* de Olga Lengyel ("24.000 corpos todos os dias"), *Doctor at Auschwitz* por Miklos Nyiszli, aparentemente uma personagem mítica e inventada, *This was Auschwitz: The Story of a Murder Camp* por Philip Friedman, e segue-se ad nauseam.

A última desta veia é *For Those I Loved*, de Martin Gray (Bodley Head, 1973), que teoricamente é uma descrição de suas experiências no campo de Treblinka na Polônia. Gray se especializou em vender falsas antigüidades na América antes de se mudar às memórias de campos de concentração. As circunstâncias envolvendo a publicação de seu livro, entretanto, foram únicas, porque pela primeira vez com trabalhos deste tipo, dúvidas sérias foram lançadas na autenticidade de seu conteúdo. Até judeus, alarmados com o dano que poderia causar, denunciaram seu livro como fraudulento e questionaram se ele até chegou a estar em Treblinka, enquanto a rádio BBC o pressionou porque ele havia esperado 28 anos para relatar suas experiências.

Foi interessante observar que a coluna "Opinião Pessoal" do London *Jewish Chronicle*, de 30 de março de 1973, apesar de condenar o livro de Gray, não deixou de fazer grandes adições ao mito dos Seis Milhões. Afirmava que: "Mais ou menos um milhão de pessoas foram assassinadas em Treblinka no decurso de um ano. 18.000 eram assassinados nas câmaras de gás todos os dias." É verdadeiramente uma pena que tantas pessoas leiam e aceitem este tipo de besteira sem exercitar suas mentes. Se 18.000 eram assassinados todos os dias, o número de 1.000.000 seria alcançado em meros 56 dias, e não "no decurso de um ano". Esta gigantesca produtividade deixaria os restantes dez meses do ano em um branco total. 18.000 todos os dias significa um total de 6.480.000 "no decurso de um ano". Isto significa que os Seis Milhões morreram em um ano em Treblinka? E os alegados 4 ou 5 milhões de Auschwitz? Este tipo de coisa simplesmente mostra que, uma vez o número de Seis Milhões foi um sucesso espantoso e se tornou internacionalmente aceito, qualquer número de permutações pode ser feita e ninguém pensaria em criticá-las. Na sua revisão do livro de Gray, o *Jewish Chronicle* também dá uma reveladora olhada interna nas fraudulentas alegações concernendo câmaras de gás: "Gray relembra que o chão da câmara de

gás era inclinado, enquanto outro sobrevivente que ajudou a construí-las mantém que era ao nível..."

Ocasionalmente, livros de ex-detentos de campos de concentração aparecem que apresentam uma descrição totalmente diferente das condições prevalecentes neles. Tal é *Under Two Dictators* (Londres, 1950) de Margarete Buber. Ela era uma mulher judia-alemã que havia experimentado muitos anos nas condições brutais e primitivas de um campo prisioneiro russo antes de ser mandada a Ravensbrück, o campo alemão para prisioneiras, em agosto de 1940. Ela notou que era a única judia no contingente de deportados da Rússia que não foi imediatamente libertada pela Gestapo. Seu livro dá um contraste chocante entre os campos da Rússia Soviética e da Alemanha; comparada à desordem, sujeira e fome do campo russo, ela achou Ravensbrück limpa, civilizada e bem-administrada. Banhos regulares e roupas brancas limpas pareciam um luxo depois de suas experiências anteriores, e sua primeira refeição de pão branco, linguiça, mingau e frutas lhe fez perguntar a outra prisioneira se 3 de agosto de 1940 era algum tipo de feriado ou ocasião especial. Ela observou, também, que as barracas de Ravensbrück eram impressionantemente espaçosas comparadas à cabana suja e cheia do campo soviético. Nos meses finais de 1945, ela experimentou o progressivo declínio das condições do campo, as causas das quais examinaremos a seguir.

Outra descrição que está em total desacordo com a propaganda popular é *Die Gestapo Lässt Bitten* (A Gestapo Lhe Convida) de Charlotte Bormann, uma comunista prisioneira política que também foi presa em Ravensbrück. Sem a menor dúvida a mais importante revelação é a afirmação da autora que rumores de execuçõs por gás eram deliberadas e maliciosas invenções que circulavam entre os prisioneiros feitas pelos comunistas. Este último grupo não aceitou Margarete Buber por causa de sua prisão na Rússia Soviética. Outra reflexo chocante dos julgamentos do pós-guerra foi o fato de que Charlotte Bormann não foi permitida a testemunhar no julgamento Radstadt do pessoal do campo de Ravensbrück na zona de ocupação francesa, o destino usual daqueles que negavam a lenda do extermínio.

8. A NATUREZA & A CONDIÇÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DE TEMPO DE GUERRA

Em seu recente livro *Adolf Hitler* (Londres, 1973), Colin Cross, que traz mais inteligência do que o normal sobre os muitos problemas deste período, observa astutamente que "o ajuntamento de milhões de judeus pela Europa e seu assassínio, em tempo de desesperada emergência de guerra, era inútil sob qualquer ponto de vista racional" (p. 307). Bem na verdade, neste ponto poderíamos questionar a possibilidade do irracionalismo, e se até mesmo era possível. É possível, que no meio de uma guerra, quando os alemães estavam lutando uma desesperada batalha pela sobrevivência em dois fronts, eles teriam mandado milhões de judeus por quilômetros para supostamente elaborados e custosos matadouros? Mandado três ou quatro milhões de judeus apenas para Auschwitz (mesmo supondo que tal inflado número de judeus existia na Europa, o que não acontecia), teria colocado um insuperável ônus no sistema de transporte alemão que já estava no limite devido ao

longínquo front russo. Para ter transportado os míticos seis milhões de judeus e inumeráveis pessoas de outras nacionalidades à campos de internamento, e ter lhes abrigado, vestido e dado de comer a eles lá, teria simplesmente paralisado suas operações militares. Não há razão para supor que os eficientes alemães iriam pôr seu destino e sua sorte militar sob tamanho risco.
Em contraste, o transporte de razoáveis 363.000 prisioneiros a Auschwitz, durante a guerra (o número que sabemos foi registrado lá) pelo menos faz sentido em termos do trabalho compulsório que eles forneceriam. De fato, dos 3 milhões de judeus da Europa, é certo que não mais de 2 milhões estiveram internados ao mesmo tempo, e é provável que o número esteja muito mais perto de 1.500.000. Como veremos depois, no Relatório da Cruz Vermelha, populações judaicas inteiras, como a da Eslováquia, escapou da detenção em campos, enquanto outros eram colocados em guetos comunitários como Theresienstadt. Mais, as deportações do oeste foram bem poucas. A estimativa de Reitlinger de que apenas 50.000 judeus franceses de uma população de 320.000 foram deportados já foi notada.
Uma questão que também deve ser perguntada é se teria sido possível destruir fisicamente as milhões de judeus alegados. Os alemães tinham tempo para isso? Poderiam os enormes ajuntamentos de judeus e as execuções em uma tão vasta escala ser mantidos secretos? Estes são exemplos de questões que uma pessoa crítica e pensante deveria perguntar. E logo irá descobrir que não apenas as provas estatísticas e documentárias apresentadas aqui, mas a simples logística combina para dar descrédito à lenda dos seis milhões.
Apesar de ser impossível que milhões de pessoas fossem assassinados neles, a natureza e as condições dos campos de concentração da Alemanha tem sido vastamente exagerada para tornar a afirmação plausível. William Shirer, numa tipicamente temerária, afirma que "todos os trinta principais campos de concentração nazistas eram campos de extermínio" (ibid., p. 1150). Isto é uma completa mentira, que não é aceita nem mesmo pelos principais propagadores da lenda do extermínio. Shirer também cita *The Theory and Practice of Hell* de Eugen Kogon (N.Y., 1950, p. 227) que coloca o número total de mortes em todos eles no número ridículo de 7.125.000, apesar de Shirer admitir num rodapé que este "é sem dúvida muito alto."

"CAMPOS DA MORTE" ATRÁS DA CORTINA DE FERRO

É verdade que, em 1945, a propaganda aliada afirmou que todos os campos de concentração, particularmente os da própria Alemanha, eram "campos da morte", mas não por muito. Nesta questão, o eminente historiador americano Harry Elmer Barnes escreveu: "Estes campos foram primeiro apresentados como aqueles da Alemanha, como Dachau, Belsen, Buchenwald, Sachsenhausen e Dora, foi logo ficou demonstrado que não havia ocorrido extermínio sistemático nestes campos. Atenção então foi movida para Auschwitz, Treblinka, Belzec, Chelmno, Jonowska, Tarnow, Ravensbrück, Mauthausen, Brezeznia e Birkenau, o que não exaure a lista que parece ter sido estendida conforme necessário" (*Rampart Journal*, verão de 1967). O que aconteceu é que certos observadores honestos entre as forças de ocupação britânicas e americanas na Alemanha, enquanto admitiam que

muitos internos morreram de doenças e fome nos meses finais da guerra, mas não acharam qualquer evidência de "câmaras de gás". Como resultado, compos orientais da zona de ocupação russa como Auschwitz e Treblinka gradualmente ficaram em evidência como os centros horríveis do extermínio (apesar de não ser permitido a ninguém visitá-los), e esta tendência se mantém até hoje. Aqui nestes campos supostamente aconteceu, mas com a Cortina de Ferro colocada firmemente sobre eles, ninguém jamais consegui checar tais alegações. Os comunistas afirmaram que 4 milhões de pessoas morreram em Auschwitz em gigantescas câmaras de gás que acomodavam 2.000 pessoas - e ninguém podia afirmar o contrário.

Qual é a verdade sobre as chamadas "câmaras de gás"? Stephen F. Pinter, que serviu como advogado para o Departamento de Guerra dos Estados Unidos na força de ocupação na Alemanha e na Áustria por seis anos após a guerra, fez a seguinte afirmação na revista católica de grande público *Our Sunday Visitor*, de 14 de junho de 1959:

"Eu estive em Dachau por 17 meses após a guerra, como U.S. Department Attorney, e posso afirmar que não haviam câmaras de gás em Dachau. O que era mostrado aos visitantes e erroneamente descrito como uma câmara de gás era um crematório. Também não haviam câmaras de gás em quaisquer outros campos na Alemanha. Nos contavam que havia uma câmara de gás em Auschwitz, mas como estava na zona de ocupação russa, não podíamos investigar porque os russos não iriam permitir. Do que eu pude determinar durante seis anos do pós-guerra na Alemanha e na Áustria, houve um número de judeus mortos, mas o número de um milhão certamente não foi alcançado. Eu entrevistei milhares de judeus, ex-prisioneiros de campos de concentraçã na Alemanha e na Áustria, e me considero bem qualificado neste campo."

Isto conta uma história bem diferente da propaganda usual. Pinter, é claro, é bem astuto na questão do crematório representado como câmara de gás. Isto é bem freqüente porque nada como uma câmara de gás existiu nestes campos, daí o deliberadamente desorientador termo "fornos de gás" (*gas oven*), objetivando confundir uma câmara de gás com um crematório. Este último, normalmente um único forno e similar ao utilizado atualmente, era usado bem simplesmente para a cremação daquelas pessoas que haviam morrido de diversas causas naturais dentro do campo, particularmente doenças infecciosas. Este fato foi conclusivamente provado pelo arcebispo alemão, Cardeal Faulhaber de Munique. Ele informou aos americanos que durante os ataques aéreos a Munique em setembro de 1944, 30.000 pessoas foram mortas. O arcebispo pediu às autoridades para cremar os corpos das vítimas no crematório de Dachau. Mas lhe foi dito que, infelizmente, este plano não podia ser executado; o crematório, tendo apenas um forno, não conseguiria dar conta dos corpos das vítimas do ataque aéreo. Claramente, portanto, não poderia ter dado conta dos 238.000 corpos de judeus que foram alegadamente cremados ali. Para conseguir isso, o crematório teria de funcionar ininterruptamente por 326 anos, e 530 toneladas de cinzas seriam conseguidas.

NÚMEROS DE PERDAS REDUZIDOS

Os números das perdas de Dachau são típicas dos tipos de exageração que desde lá tiveram de ser drasticamente revisadas. Em 1946, a placa memorial foi inaugurada em Dachau por Philip Auerbach, o judeu secretário de Estado do governo bávaro que foi preso por desvio de dinheiro que ele exigia como compensação para judeus não-existentes. A placa dizia: "Que esta área seja mantida como um santuário aos 238.000 indivíduos que foram cremados aqui." Desde então, os números oficiais de mortos tiveram de ser drasticamente revisados para baixo, e agora estão em apenas 20.600, a maioria de tifo e fome no final da guerra. Esta diminuição, para dez por cento do número original, irá sem dúvida continuar, e um dia será aplicada ao legendário número de seis milhões.
Outro exemplo de revisão drástica é a presente estimativa das perdas de Auschwitz. As alegações absurdas de três ou quatro milhões de mortos não são mais plausíveis nem mesmo para Reitlinger. Ele agora coloca o número de perdas em apenas 600.000; e apesar deste número ainda ser exagerado ao extremo, é uma redução significante de seis milhões e progresso adicional deve ser esperado. Shirer mesmo cita a última estimativa de Reitlinger, mas falha em reconciliar isto com sua afirmação anterior de que metade do número, cerca de 300.000 judeus húngaros foram supostamente "assassinados em 46 dias" - um exemplo supremo do tipo de besteira irresponsável que é escrito sobre este assunto.

CONDIÇÕES HUMANAS

Que milhares de prisioneiros morreram nos caóticos meses finais da guerra nos traz a questão de suas condições em tempo de guerra. Isto tem sido deliberadamente falsificado em inumeráveis livros e um tipo bem desgostante. O Relatório da Cruz Vermelha, examinado abaixo, demonstra conclusivamente que através da guerra os campos foram bem administrados. Os prisioneiros trabalhadores recebiam uma ração diária até durante 1943 e 1944 de não menos de 2.750 calorias, o que era mais do que o dobro da ração civil média na Alemanha ocupada nos anos após 1945. Os internos estavam sob cuidados médicos regulares e aqueles que ficavam seriamente doentes eram transferidos ao hospital. Todos os internos, ao contrário dos campos soviéticos, podiam receber comida, roupas e remédios da Special Relief Division da Cruz Vermelha. O Escritório do Promotor Público conduzia investigações em cada caso de prisão criminal, e aqueles achados inocentes eram soltos; os culpados, bem como aquelss prisioneiros culpados de grandes crimes dentro dos campos, eram sentenciados por Cortes Militares e executados. Nos Arquivos Federais de Koblenz existe uma diretiva de janeiro de 1943 de Himmler sobre estas execuções, enfatizando que: "nenhuma brutalidade deve ser permitida" (Manvell & Frankl, ibid., p. 312). Ocasionalmente havia brutalidade, mas tais casos eram imediatamente investigados por Juiz S.S. Konrad Morgen do Escritório de Polícia Criminal do Reich, cujo trabalho era investigar irregularidades em diversos campos. Morgen processou o comandante Koch de Buchenwald em 1943 por excessos no campo, um julgamento ao qual o público alemão foi convidado. É

significante que Oswald Pohl, o administrador do sistema de campos de concentrações que foi tratado tão duramente em Nürnberg, fosse a favor da pena de morte para Koch. De fato, a corte sentenciou Koch à morte, mas lhe foi dada a opção de servir no front russo. Antes que ele pudesse fazer isso, entretanto, Prince Waldeck, o líder das S.S. do distrito, cumpriu sua execução. Este caso é uma ampla prova da seriedade com que a S.S. lidava com brutalidade desnecessária. Diversas ações de cortes S.S. deste tipo foram conduzidas nos campos durante a guerra para prevenir excessos, e mais de 800 casos foram investigados antes de 1945. Morgen testemunhou em Nürnberg que ele discutia confidencialmente com centenas de prisioneiros as condições prevalecentes nos campos. Ele descobriu que poucos estavam subnutridos, exceto nos hospitais, e notou que a velocidade e empreendimentos do trabalho compulsório dos prisioneiros estava bem abaixo do do trabalhador alemão civil. As provas de Pinter e do Cardeal Faulhaber foram demonstradas e provam o não-extermínio em Dachau, e vimos como as estimativas de mortos neste campo foram continuamente revisadas para baixo. O campo de Dachau perto de Munique, de fato, pode ser tomado como um exemplo típico desses locais de internamento. Trabalho compulsório em fábricas e plantas eram a ordem do dia, mas o líder comunista Ernst Ruff testemunhou em seu depoimento a Nürnberg de 18 de abril de 1947 que o tratamento aos prisioneiros nas fábricas e no campo de Dachau permaneceu humano. O líder subterrâneo polonês, Jan Piechowak, que esteve em Dachau de 22 de maio de 1940 a 29 de abril de 1945 também testemunhou em 21 de março de 1946 que os prisioneiros recebiam bom tratamento, e que o pessoal S.S. do campo era "bem disciplinado". Berta Schirotschin, que trabalhou no serviço de comida de Dachau durante a guerra, testificou que os prisioneiros trabalhadores, até o começo de 1945 e apesar da privação na Alemanha, recebiam seu usual segundo café da manhã às 10h toda manhã.

Em geral, centenas de depoimentos de Nürnberg testificam as condições humanas prevalentes nos campos de concentração; mas a ênfase invariavelmente caía naqueles que refletiam mal a administração alemã e poderiam ser usados para propósitos propagandísticos. Um estudo dos documentos também revela que testemunhas judias que sentiram rancor em sua prisão e internamento em campos de prisioneiros tendiam a grandemente exagerar os rigores de sua condição, enquanto os nacionais internados por razões políticas, como os citados acima, geralmente apresentam uma descrição mais balanceada. Em muitos casos, prisioneiros como Charlotte Bormann, cujas experiências não estavam de acordo com a descrição apresentada em Nürnberg, não foram permitidos testemunhar.

INEVITÁVEL CAOS

A situação ordenada prevalecente nos campos de concentração alemães lentamente se quebrou nos últimos meses de 1945. O Relatório da Cruz Vermelha de 1948 explica que os bombardeios de saturação aliados paralisaram os transportes e o sistema de comunicações do Reich, nenhuma comida chegava aos campos e a fome chamava um número sempre crescendo de vítimas, tanto em campos de prisioneiros como entre a população civil da

Alemanha. Esta situação terrível era piorada nos campos por grande superlotamento e o conseqüente início de epidemias de tifo. Superlotamento ocorreu como resultado dos prisioneiros dos campos orientais como Auschwitz serem evacuados para o Oeste antes do avanço russo; colunas dessas pessoas exaustas chegaram em diversos campos alemães como Belsen e Buchenwald que por si mesmos já estavam em um estado de grandes dificuldades. O campo de Belsen perto de Bremen estava numa condição especialmente caótica nestes meses e o médico de Himmler, Felix Kersten, um anti-nazi, explica que sua infortunada reputação como "campo da morte" foi devida unicamente á ferocidade da epidemia de tifo que começou lá em março de 1945 (*Memórias 1940-1945*, Londres, 1956). Sem dúvida estas condições aterradoras custaram milhares de vidas, e é nestas condições que estão representadas nas fotografias de corpos humanos emaciados e pilhas de corpos, que os propagandistas adoram mostrar, afirmando que são vítimas de "extermínio".
Uma avaliação surpreendentemente honesta da situação em Belsen em 1945 apareceu na Pornell's *History of the Second World War* (Vol. 7, No. 15) pelo Dr. Russell Barton, agora superintendente e psiquiatra no Severalls Hospital, Sussex, que passou um mês no campo como estudante de medicina após a guerra. Sua descrição ilustra vivamente as verdadeiras causas da mortalidade que ocorreu em tais campos conforme o final da guerra se aproximava, e como tais condições extremas vieram a prevalecer lá. Dr. Barton explica que o Brigadeiro Glyn Hughes, o oficial médico britânico que tomou comando de Belsen em 1945, "não acreditava que houvessem ocorrido quaisquer atrocidades no campo" apesar da disciplina e trabalho duro. "A maioria das pessoas", escreve o Dr. Barton, "atribuiu as condições dos internos à deliberada intenção dos alemães. Prisioneiros estavam loucos para contar exemplos de brutalidade e descaso, e jornalistas visitantes de diversos países interpretaram a situação de acordo com a necessidade da propaganda em casa."
Entretanto, Dr. Barton torna bem claro que as condições de fome e doença eram inevitáveis nas circunstâncias e que elas ocorreram apenas durante os meses de 1945. "Das discussões com os prisioneiros me pareceu que as condições do campo não eram muito más até o final de 1944. As cabanas eram construídas sob pinheiros e cada uma tinha lavatórios, banheiros e fornos de aquecimento". A causa da falta de comida também é explicada: "Oficiais médicos alemães me contaram que tinha ficado cada vez mais difícil transportar comida para os campos por alguns meses. Tudo o que se movia nas autobahns era bombardeado... Eu fiquei surpreso ao achar documentos, de dois ou três anos antes, de grandes quantidades de comida cozinhadas diariamente para distribuição. Aí eu fiquei convencido, contrariamente à opinião popular, que jamais houve uma política de fome deliberada. Isto foi confirmado pelo grande número de internos bem alimentados. Porque então havia tantas pessoas sofrendo de mal nutrição? ... A razão principal para o estado de Belsen era a doença, gigantesco superlotamento pela autoridade central, falta de lei e ordem dentro das cabanas, e inadequados suprimentos de comida, água e medicamentos." A falta de ordem, que levou a tumultos por distribuição de comida, foi vencida pelo fogo das metralhadoras inglesas e uma demonstração de força quando os tanques e carros blindados britânicos passaram pelo campo.
Além das inevitáveis mortes nestas circunstâncias, Glyn Hughes estimou que "cerca de

1000 foram mortos através do carinho dos soldados ingleses em lhes dar suas próprias rações e chocolates". Como um homem que esteve em Belsen, Dr. Barton obviamente é muito vivo em relação a mentiras das mitologias dos campos de concentração, e ele conclui: "Em tentar avaliar as causas das condições achadas em Belsen um deve ser alertado em relação ao tremendo impacto visual, madura para propósitos de propaganda, que massas de corpos esfomeados apresentavam." Discutir tais condições, "apenas em termos de 'bom' ou 'mau' é ignorar os fatores constituintes...

FOTOGRAFIAS FALSAS

Não apenas foram situações como aquela de Belsen inescrupulosamente exploradas para propósitos propagandísticos, mas esta propaganda também fez uso de inteiramente falsas fotografias de atrocidades e filmes. As condições extremas de Belsen se aplicam a bem poucos campos de fato; a grande maioria escapou das piores dificuldades e seus prisioneiros sobreviveram com boa saúde. Como resultado, completas fraudes foram usadas para exagerar as condições de horror. Um caso chocante de tais fraudes foi revelado pelo British *Catholic Herald* de 29 de outubro de 1948. Dizia que, em Cassel, onde todo alemão adulto foi compelido a ser um filme representando os "horrores" de Buchenwald, um doutor de Göttingen se viu na tela cuidando das vítimas. Mas ele jamais havia estado em Buchenwald. Após um intervalo de perplexidade ele notou que o que ele havia visto era parte de um filme tomado após o terrível ataque aéreo de Dresden pelos Aliados a 13 de fevereiro de 1945, onde o doutor estivera trabalhando. O filme em questão foi mostrado em Cassel a 19 de outubro de 1948. Após o ataque a Dresden, que matou um mínimo de 135.000 pessoas, a maioria mulheres e crianças refugiadas, os corpos das vítimas foram empilhados e queimados em grupos de 400 e 500 por diversas semanas. Estas eram as cenas, alegadamente de Buchenwald, que o doutor havia reconhecido.
A falsificação de fotografias de tempo de guerra não é algo novo. Para maiores informações o leitor pode procurar o livro de Arthur Ponsonby *Falsehood in Wartime* (Londres, 1928), que expõe as fotografias forjadas de atrocidades alemãs na Primeira Guerra Mundial. Ponsonby cita fabricações como "A Fábrica de Corpos" e "O Bebê Belga Sem as Mãos", que são os parentes mais velhos das fotografias relativas à "atrocidades" nazistas. F. J. P. Veale explica em seu livro que o apócrifo "jarro de sopa humana" solemente apresentado pela promotoria soviética em Nürnberg estava em deliberada concordância do famoso mito britânico da "Fábrica de Corpos", em que os vampirescos alemães supostamente obtiveram diversas mercadorias do processamento de corpos (Veale, ibid., p. 192). Esta acusação era uma pela qual o governo britânico pediu desculpas após 1918. Ela recebeu nova vida após 1945 no conto dos abajures de pele humana, que era certamente tão fraudulento quanto a soviética "sopa humana". De fato, de Manvell e Frankl temos a relutante afirmação de que as provas dos abajures de pele humana no Julgamento de Buchenwald "depois se provaram dúbias" (*The Incomparable Crime*, p. 84). Foi dado por um certo Andreas Pfaffenberg um "depoimento escrito" do tipo discutido anteriormente, mas em 1948 o General Lucius Clay admitiu que os depoimentos usados no tribunal apareciam após mais um pouco de

investigações verdadeiras serem apenas "de ouvir-falar".
Um trabalho excelente em falsas fotografias de atrocidades relativas ao Mito dos Seis Milhões é o *Bild "Dokumente" für die Geschichtsschreibung* de Udo Walendy (Vlotho/Weser, 1973) e dos numerosos exemplos citados podemos ilustrar um nesta página. A origem da primeira fotografia é desconhecida, mas a segunda é uma foto-montagem. Exame de perto revela imediatamente que as pessoas de pé foram tiradas da primeira fotografia, e uma pilha de corpos superposta na frente deles. A cerca foi removida, e uma inteiramente nova "fotografia" de horror criada. Esta grande forja aparece na página 341 do livro de R. Schnabel sobre as S.S. *Macht ohne Moral: eine Dokumentation über die S.S.* (Frankfurt, 1957), com a descrição "Mauthausen". (Walendy cita 18 outros exemplos de forjas no livro de Schnabel). A mesma fotografia aparece no Proceedings of the International Military Tribunal, Vol. XXX, p. 421, também supostamente ilustrando o campo de Mauthausen. É também ilustrada sem uma descrição no Konzentrationslager Document F.321 for the International Court at Nürnberg; *Der KZ-Staat*, de Heinz Kühnrich (Berlim, 1960, p. 81); *Mauthausen*, de Vaclav Berdych (Praga, 1959), e *Hitler - Aufstieg und Untergang des Dritten Reiches*, de Robert Neumann (Munique, 1961).

9. OS JUDEUS E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO FACTUAL PELA CRUZ VERMELHA

Existe um levantamento na questão judaica na Europa durante a Segunda Guerra Mundial e as condições dos campos de concentração da Alemanha que é quase única em honestidade e objetividade, os volumes do *Report of the International Committee of the Red Cross on its Activities during the Second World War* (Relatório do Comitê Internacional da Cruz Vermelha sobre suas Atividades durante a Segunda Guerra Mundial), Gênova, 1948. Esta abrangente descrição de uma fonte completamente neutra incorporou e expandiu as descobertas de dois trabalhos anteriores: *Documents sur l'activité du CICR em faveur des civils détenus dans les camps de concentration en Allemagne 1939-1945* (Gênova, 1946), e *Inter Arma Caritas: the Work of the ICRC during the Second World War* (Gênova, 1948). O time de autores, liderado por Frédéric Siordet, explicou nas páginas de abertura do Relatório que seu objeto, na tradição da Cruz Vermelha, havia sido estrita neutralidade política, e aqui está seu grande valor.
O ICRC (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) aplicou com sucesso as convenções militares de Gênova de 1929 para conseguir acesso aos internos civis mantidos na Europa Central e Ocidental pelas autoridades alemãs. Em contraste, o ICRC não conseguiu qualquer acesso na União Soviética, que não havia ratificado a Convenção. Os milhões de internos civis e militares mentidos na URSS, cujas condições eram conhecidamente de longe as piores, foram completamente separados de qualquer contato ou supervisão internacionais.
O Relatório da Cruz Vermelha é do valor de que primeiro esclarece as legítimas

circunstâncias sob as quais os judeus foram detidos em campos de concentração, isto é, como estrangeiros inimigos. Na descrição das duas categorias, o Relatório distingüe o segundo tipo como "civis deportados em bases administrativas (em alemão, Schutzhäftlinge), que eram presos por motivos políticos ou raciais porque sua presença era considerada um perigo para o Estado ou para as forças de ocupação" (Vol. III, p. 73). Estas, pessoas, continua, "eram colocadas no mesmo local que as pessoas presas ou imprisionadas debaixo da lei comum por razões de segurança". O relatório admite que os alemães estavam de início relutantes em permitir supervisão pela Cruz Vermelha das pessoas detidas baseadas em razões de segurança, mas mais para o final de 1942, o ICRC obteve importantes concessões da Alemanha. Tiveram permissão para distribuir comida a todos os grandes campos de concentração alemães a partir de agosto de 1942, e "a de fevereiro de 1943 em diante esta concessão foi estendida a todos os campos e prisões" (Vol. III, p. 78). O ICRC logo estabeleceu contato com os comandantes dos campos e começou um programa de ajuda alimentícia que continuou a funcionar até os meses finais de 1945, criando torrentes de cartas de agradecimentos de internos por isso.

RECEPTORES DA CRUZ VERMELHA ERAM JUDEUS

O Relatório afirma que "Cerca de 9.000 pacotes eram mandados diariamente. Do outono de 1943 até maio de 1945, cerca de 1.112.000 pacotes com um peso total de 4.500 toneladas foram enviados aos campos de concentração" (Vol. III, p. 80). Em adição à comida, estes continham também roupas e suprimentos farmacêuticos. "Pacotes foram enviados para Dachau, Buchenwald, Sangerhausen, Sachsenhausen, Oranienburg, Flossenburg, Landsberg-am-Lech, Flöha, Ravensbrück, Mauthausen, Hamburg-Neuengamme, Theresienstadt, Auschwitz, Bergen-Belsen, para campos perto de Viena na na Alemanha Central e Oriental. Os principais receptores eram belgas, holandeses, gregos, italianos, noruegueses, poloneses, e judeus sem Estado" (Vol. III, p. 83). No decurso da guerra, "O Comitê estava na posição de transferir e distribuir na forma de suprimentos de ajuda mais de 20 milhões de francos suíços coletados por organizações de bem-estar (*welfare*) judias através do mundo, em particular pelo American Joint Distribution Committee of New York" (Vol. I, p. 644). Esta última organização teve permissão do governo alemão de manter escritórios em Berlim até que os EUA entraram na guerra. O ICRC reclamou que a obstrução de sua vasta operação de ajuda para internos judeus não vinha dos alemães mas do bloqueio aliado da Europa. Muitas de suas compras de comida foram feitas na Romênia, Hungria e Eslováquia.
O ICRC tinha elogios especiais para as condições liberais que prevaleciam no campo de Theresienstadt no tempo de suas últimas visitas lá em abril de 1945. Este campo, "onde haviam cerca de 40.000 judeus deportados de vários países era um ghetto relativamente privilegiado" (Vol. III, p. 75). De acordo com o relatório, "Os delegados do Comitê puderam visitar o campo em Theresienstadt que foi usado exclusivamente por judeus e era governado por certas condições especiais. Das informações angariadas por este Comitê, este campo havia começado como um experimento por parte de certos líderes do Reich... Estes homens queriam dar aos judeus os meios de manter uma vida comunitária numa cidade sob sua

própria administração e possuindo autonomia quase completa... dois enviados visitaram o campo de 6 de abril de 1945. A boa impressão da primeira visita foi confirmada por eles" (Vol. I, p. 642).
O ICRC também tinha elogios ao regime de Ion Antonescu na Romênia Fascista onde o Comitê foi apto a estender ajuda especial a 183.000 judeus romenos até o momento da ocupação soviética. A ajuda então cessou, e o ICRC reclamou amargamente que jamais havia conseguido "enviar qualquer coisa à Rússia" (Vol. II, o. 62). A mesma situação se aplicou a muitos campos alemães após a sua "libertação" pelos soviéticos. O ICRC recebia um volumoso volume de cartas de Auschwitz até o período da ocupação soviética, quando muitos dos internos foram evacuados para o Oeste. Mas os esforços da Cruz Vermelha para mandar ajuda aos internos que permaneceram em Auschwitz debaixo do controle soviético foram fúteis. Entretanto, pacotes de comida continuaram sendo mandados aos ex-internos de Auschwitz transferidos para campos ocidentais como Buchenwald e Oranienburg.

NENHUMA EVIDÊNCIA DE GENOCÍDIO

Um dos mais importantes aspectos do Relatório da Cruz Vermelha é que ele clarifica que a verdadeira causa das mortes que sem dúvida ocorreram nos campos no final da guerra. Diz o Relatório: "Na caótica condição da Alemanha após a invasão nos meses finais da guerra, os campos não recebiam nenhum suprimento de comida e a fome clamou um número crescente de vítimas. Ele próprio alarmado com a situação, o Governo Alemão informou o ICRC a 1 de fevereiro de 1945... Em março de 1945, discussões entre o presidente ICRC e o General das S.S. Kaltenbrunner deram resultados mais decisivos. Ajuda poderia ser distribuída pelo próprio ICRC, e um delegado foi autorizado a ficar em cada campo... (Vol. III, p. 83). Claramente, as autoridades alemãs estavam tentando remediar a situação difícil até onde era possível. A Cruz Vermelha é bem explícita em afirmar que suprimentos de comida cessaram nessa época devido ao bombardeio aliado dos transportes alemães, e que de acordo com os interesses dos internos judeus estes haviam protestado a 15 de março de 1944 contra "a bárbara guerra aérea dos aliados" (*Inter Arma Caritas*, p. 78). A 2 de outubro de 1944, o ICRC avisara ao Ministério do Exterior alemão do próximo colapso do sistema de transportes alemão, declarando que condições de fome para o povo através da Alemanha estavam ficando inevitáveis.
Tratando deste abrangente relatório de 3 volumes, é importante ressaltar que os delegados da Cruz Vermelha Internacional não acharam quaisquer evidência nos campos da Europa ocupada pelo Eixo de uma política deliberada de extermínio de judeus. Em todas as 1.600 páginas do Relatório não há menção a uma coisa como uma câmara de gás. Admite que os judeus, como muitas outras nacionalidades na guerra, sofreram rigores e privações, mas seu completo silêncio no ponto de extermínio planejado é uma ampla refutação à Lenda dos Seis Milhões. Como os representantes do Vaticano com quem trabalharam, a Cruz Vermelha se achou inapta a subscrever as irresponsáveis acusações de genocídio que haviam entrado na ordem do dia.
No ponto da verdadeira taxa de mortalidade, o Relatório lembra que a maioria dos médicos

judeus dos campos estavam sendo usados para combater o tifo no front oriental, não estando à disposição quando a epidemia de tifo de 1945 começou nos campos (Vol. I, p. 204). Também se costuma fazer a alegação de que as execuções em massa aconteciam em câmaras de gás imitando instalações para banho. Novamente o Relatório faz desta alegação uma besteira: "Não apenas os locais para lavagem, mas as instalações para banheiros, chuveiros e lavanderias foram inspecionadas pelos delegados. Várias vezes tiveram de tomar ação para fazer reparos nas fixações para torná-las menos primitivas, e para repará-los ou aumentá-los" (Vo. III, p. 594).

NEM TODOS FORAM INTERNADOS

Volume III do Relatório da Cruz Vermelha, Capítulo 3 (População Civil Judia) trabalha com "a ajuda dada à seção judaica da população livre", e este capítulo torna bem claro que de maneira alguma todos os judeus europeus foram colocados em campos de internamento, mas permaneceram, sujeitos a certas restrições, como parte da população livre. Isto entra diretamente em conflito com a "totalidade" do suposto "programa de extermínio", e com a afirmação nas forjadas memórias de Höss de que Eichmann estava obcecado em prender "qualquer judeu no qual ele pudesse colocar as mãos". Na Eslováquia, por exemplo, onde o assistente de Eichmann Dieter Wisliceny estava no controle, o Relatório afirma que "Uma larga proporção da minoria judaica teve permissão para permanecer no país, e em certos períodos a Eslováquia era olhada como um porto de refúgio para os judeus, especialmente para aqueles vindos da Polônia. Aqueles que ficaram na Eslováquia parece terem estado em relativa segurança até o final de agosto de 1944, quando uma revolta contra as forças alemãs tomou lugar. Enquanto é verdade que a lei de 15 de maio de 1942 trouxe o internamento de diversos milhares de judeus, estas pessoas eram mantidas em campos onde as condições de comida e alojamento eram toleráveis, e onde aos internos era permitido executar trabalho pago em termos quase iguais aos do mercado de trabalho livre" (Vol. I, p. 646).

Não apenas grandes números dos 3 milhões de judeus europeus evitaram completamente o internamento, mas a emigração judaica continuou durante a guerra, geralmente pela via da Hungria, Romênia e Turquia. Ironicamente, a emigração judia pós-guerra dos territórios ocupados pelos alemães também foi facilitada pelo Reich, como no caso dos judeus poloneses que fugiram para a França antes de sua ocupação. "Os judeus da Polônia que, estando na França, haviam obtido permissão de entrada nos Estados Unidos, eram considerados cidadãos americanos pelas autoridades de ocupação alemãs, que ainda concordaram em reconhecer a validade de cerca de três mil passaportes feitos a judeus nos consulados de países sul-americanos" (Vol. I, p. 645). Como futuros cidadãos americanos, esses judeus eram mantidos no campo de Vittel na França do sul para estrangeiros americanos.

A emigração de judeus europeus a partir da Hungria em particular prosseguiu durante a guerra intocada pelas autoridades alemãs. "Até março de 1944", diz o Relatório da Cruz Vermelha, "judeus que tinham o privilégio de vistos para a Palestina podiam livremente deixar a Hungria" (Vol. I, p. 648). Até depois da saída do governo Horthy em 1944

(seguindo uma tentativa de armistício com a URSS) com a chegada de um governo mais dependente da autoridade alemã, a emigração dos judeus continuou. O Comitê garantiu os pedidos tanto da Grã-Bretanha como dos EUA de "dar ajuda de qualquer modo à emigração dos judeus da Hungria" e do governo norte-americano o ICRC recebeu uma mensagem afirmando que "O Governo dos Estados Unidos... agora especificamente repete sua certeza de que arranjamentos serão feitos por isso para o cuidado de todos os judeus que nas presentes circunstâncias podem sair" (Vol. I, p. 649).

10. A VERDADE AFINAL: O TRABALHO DE PAUL RASSINIER

Sem dúvida a mais importante contribuição a um estudo verdadeiro da questão do extermínio tem sido o trabalho do historiador francês, Prof. Paul Rassinier. O eminente valor de seu trabalho está primeiramente no fato de que Rassinier de fato experimentou a vida nos campos de concentração alemães, e também que, como um intelectual socialista e anti-nazi, ninguém poderia estar menos inclinado a defender Hitler e o nacional-socialismo. Entretanto, por vontade de justiça e verdade histórica, Rassinier gastou o resto de seus anos no pós-guerra até a sua morte em 1966 fazendo uma pesquisa que refuta o Mito dos Seis Milhões e a lenda do diabolismo nazi.
De 1933 até 1943, Rassinier era um professor de História no Collège d'enseignement général em Belfort, Academia de Besançon. Durante a guerra ele se engajou na atividade de resistência até que foi preso pela Gestapo a 30 de outubro de 1943, e como resultado foi confinado em campos de concentração alemães como Buchenwald e Dora até 1945. Em Buchenwald, em direção ao final da guerra, he contraiu tifo, que danificou tanto sua saúde que não pôde voltar a ensinar. Após a guerra, Rassinier recebeu a Médaille de la Résistance e a Reconnaissance Française, e foi eleito para a Câmara de Deputados francesa, da qual ele foi expulso pelos comunistas em novembro de 1946.
Rassinier então embarcou em seu grande trabalho, uma análise sistemática dos alegadas atrocidades alemãs, em particular o suposto "extermínio" dos judeus. Não surpreendentemente, seus escritos são pouco conhecidos, raramente foram traduzidos do francês e nenhum apareceu em inglês. Seus trabalhos mais importantes foram: *Le Mensonge d'Ulysse* (As Mentiras de Odisseus, Paris, 1949), uma investigação nas condições dos campos de concentração baseada em sua própria experiência neles; e *Ulysse trahi par les Siens* (1960), uma seqüência que refutou ainda mais as imposturas propagandísticas relativas às condições nos campos de concentração alemães. Sua tarefa monumental foi completada com dois volumes, *Le Véritable Procès Eichmann* (1962) e *Le Drame des Juifs Européens* (1964), em que Rassinier expõe as distorções inacabáveis e horríveis concernentes ao destino dos judeus europeus por uma cuidadosa análise estatística. Seu último trabalho também examina a significância política e financeira da lenda do extermínio e sua exploração por Israel e pelos comunistas.

Um dos muitos méritos do trabalho de Rassinier é explodir o mito da única "perfidez", e ele revela com força desvastadora como a verdade histórica fora obliterada por uma impenetrável fumaça de propaganda. Suas pesquisas demonstram conclusivamente que o destino dos judeus na Segunda Guerra Mundial, uma vez expulsa a distorção e reduzido as proporções necessárias, perde muito de sua "enormidade" e pode ser visto como apenas um ato no tragédia muito maior e mais forte. Numa grande tour de palestras pela Alemanha Ocidental na primavera de 1960, Prof. Rassinier enfatizou para as audiências alemãs que já estava na hora de um renascimento da verdade quanto à lenda do extermínio, e que os próprios alemães deveriam começá-la desde que a alegação remanescia como uma mácula injustificável da Alemanha aos olhos do mundo.

A IMPOSTURA DAS "CÂMARAS DE GÁS"

Rassinier intitulou seu primeiro livro "As Mentiras de Odisseus" em comemoração ao fato que os viajantes sempre voltam contando histórias fantásticas, e até a sua morte ele investigou todas as histórias da literatura exterminacionista e tentou descobrir os autores. Ele fez um pequeno trabalho sobre afirmações extravagantes sobre câmaras de gás em Buchenwald no *The Other Kingdom* de David Rousset (Nova York, 1947); ele próprio um prisioneiro em Buchenwald, Rassinier prova que tal coisa jamais existiu lá (*Le Mensonge d'Ulysse*, p. 209). Rassinier também achou Jean-Paul Renard, e lhe perguntou como podia ter testificado em seu livro *Chaînes et Lumières* que câmaras de gás estavam em operação em Buchenwald. Renard replicou que outros lhe haviam contado de sua existência, e, portanto, que mentira dizendo-se testemunha de coisas que ele jamais havia visto (ibid., p. 209).

Rassinier também investigou Ravensbrück - *O Campo de Morte das Mulheres*, de Denise Dofournier (Londres, 1948), e de novo descobriu que a autora não tinha qualquer prova para câmaras de gás além de vagos "rumores", os quais Charlotte Bormann afirmou eram deliberadamente espalhados por comunistas prisioneiras políticas. Investigações similares foram feitas em livros como *This was Auschwitz: The Story of a Murder Camp* de Philip Friedman (Nova York, 1946) e *The Theory and Practice of Hell* de Eugen Kogon (Nova York, 1950), e descobriu que nenhum destes autores podia produzir uma autêntica testemunha ocular da câmara de gás de Auschwitz, e nem eles próprios haviam visto uma. Rassinier comenta a afirmação de Kogon de que uma tal de Janda Weiss dissera a Kogon que ela havia visto câmaras de gás de Auschwitz, mas, claro, esta pessoa estava aparentemente morta, e Rassinier não pôde investigar a afirmação. Ele entrevistou Benedikt Kautsky, autor de *Teufel und Verdammte* que alegara que milhões de judeus haviam sido mortos em Auschwitz. Entretanto, Kautsky apenas confirmou a Rassinier a confissão de seu livro, nomeadamente de que ele jamais havia visto uma câmara de gás, e que ele baseava esta informação no que outros "tinham lhe contado".

A palma da literatura exterminacionista é conferida por Rassinier a *Doutor em Auschwitz* de Miklos Nyizli, no qual falsificação de fatos, as evidentes contradições e as vergonhosas mentiras mostram que o autor estava obviamente falando de locais que ele jamais havia visto

(*Le Drame des Juifs Européen*, p. 52). De acordo com este "doutor em Auschwitz", 25.000 pessoas eram exterminadas todos os dias por quatro anos e meio, o que é um avanço grandioso dos 24.000 por dia durante dois anos e meio de Olga Lengyel. Isto dá um total de 41.000.000 de vítimas em Auschwitz em 1945, duas vezes e meia toda a população judaica do mundo. Quando Rassinier tentou descobrir a identidade desta estranha "testemunha", lhe foi dito que "ele havia morrido algum tempo antes da publicação do livro". Rassinier está convencido de que ele nunca foi mais que uma figura mítica.

Desde a guerra, Rassinier, de fato, viajou pela Europa em busca de alguém que fosse uma verdadeira testemunha das exterminações em campos de concentração alemães durante a Segunda Guerra Mundial, mas nunca achou tal pessoa. Ele descobriu que nenhum dos autores dos muitos livros acusando os alemães de terem exterminado milhões de judeus jamais tinham visto uma câmara de gás designada para tais propósitos, muito menos em operação, nem podiam fornecer uma única testemunha que tinha feito tal coisa. Invariavelmente, ex-prisioneiros como Renard, Kautsky e Kogon baseavam suas afirmações não no que eles haviam visto, mas no que haviam "ouvido", sempre de fontes "confiáveis", que quase sempre já estavam mortas e assim não podiam confirmar ou negar suas afirmações.

Certamente o fato mais importante que emerge dos estudos de Rassinier, e sobre o qual a esta altura já não existem mais dúvidas, é a impostura das "câmaras de gás". Investigações sérias feitas nos próprios locais revelaram com provas irrefutáveis que, contrariamente às declarações das "testemunhas" sobreviventes examinadas acima, nenhuma câmara de gás jamais existiu em campos alemães como Buchenwald, Bergen-Belsen, Ravensbrück, Dachau ou Dora, ou Mauthausen na Áustria. Este fato, conforme dissemos antes, que foi atestado por Stephen Pinter do Escritório de Guerra dos EUA, agora foi reconhecido e admitido oficialmente pelo Instituto de História Contemporânea de Munique. Entretanto, Rassinier conta que, apesar disso, "testemunhas" novamente declararam o Julgamento de Eichmann que haviam visto prisioneiros em Bergen-Belsen indo para as câmaras de gás. No ponto dos campos orientais na Polônia, Rassinier demonstra que a única evidência atestando a existência de câmaras de gás em Treblinka, Chelmno, Belzec, Majdanek e Sobibor é o desacreditado memorando de Kurt Gerstein referidos acima. Sua afirmação original, lembremos, de que um absurdo 40 milhões de pessoas haviam sido exterminadas durante a guerra, enquanto no primeiro memorando assinado abaixa a estimativa a 25 milhões. Mais reduções foram feitas em seu segundo memorando. Estes documentos são considerados de autenticidade tão dúbia que não foram admitidos nem da Corte de Nürnberg, apesar de continuarem a circular em três versões, uma em alemão (distribuída nas escolas) e duas em francês, nenhuma das quais concorda com as outras. A versão alemã apareceu como "prova" no Julgamento de Eichmann em 1961.

Finalmente, o Prof. Rassinier chama a atenção a uma admissão importante feita pelo Dr. Kubovy, diretor do World Centre of Contemporary Jewish Documentation em Tel-Aviv, feita em La Terre Retrouvée, 15 de dezembro de 1960. Dr. Kubovy reconheceu que nem uma única ordem de extermínio existe de Hitler, Himmler ou Goering (*Le Drame des Juifs Européen*, p. 31,39).

MENTIRA DOS "SEIS MILHÕES" REJEITADA

Quanto à temerosa estimativa propagandística de Seis Milhões, Professor Rassinier a rejeita na base de uma análise estatística extremamente detalhada. Demonstra que o número foi falsamente estabelecido, primeiro inflando a população judia pré-guerra por meio de ignorar toda a imigração e evacuação, e também por uma deflação do número de sobreviventes após 1945. Este foi o método usado pelo Congresso Mundial Judaico. Rassinier também rejeita qualquer testemunho escrito e oral dos Seis Milhões dados pelo estilo das "testemunhas" citadas acima, desde que estão cheias de contradições, exagerações e mentiras. Ele dá o exemplo do número de mortos em Dachau, notando que, em 1946, o Pastor Niemöller reiterou o fraudulento número de Auerbach de "238.000" mortes lá, enquanto em 1962 o Bispo Neuhäusseler de Munique afirmou em discurso em Dachau que apenas 30.000 morreram "das 200.000 pessoas de 38 nações que foram internadas aqui" (*Le Drame des Juifs Européen*, p. 12). Hoje, a estimativa já foi reduzida em alguns milhares, e assim vai. Rassinier conclui, também que o testemunho de suporte dos Seis Milhões dados por acusados como Höss, Hoettl, Wisliceny e Hoellriegel, que tinham à frente a quase certa condenação à morte ou a esperança de obter a suspensão dessa condenação, e eram freqüentemente torturados durante sua detenção, são completamente inconfiáveis.
Rassinier acha bem significante que o número de Seis Milhões não foi mencionado no Julgamento de Eichmann. "A promotoria em no julgamento de Jerusalem estava consideravelmente enfraquecida pelo seu motivo central, de que Seis Milhões de judeus europeus alegadamente foram exterminados em câmaras de gás. Era um argumento que facilmente ganhou crença no dia após o final da guerra, entre o estado geral de caos material e psicológico. Hoje, muitos documentos foram publicados que não estavam à disposição no tempo do Julgamento de Nürnberg, e que tendem a provar que se os nacionais judeus eram injustamente perseguidos pelo regime de Hitler, então não é possível existirem seis milhões de vítimas" (ibid., p. 125).
Com a ajuda de cem páginas de estatísticas cruzadas, Professor Rassinier conclui em seu *Le Drame des Juifs Européens* que o número de perdas judias durante a Segunda Guerra Mundial não pode possivelmente ter excedido 1.200.000, e nota que isto foi finalmente aceito como válido pelo World Centre of Contemporary Jewish Documentation em Paris. Ele ainda considera isso como uma estimativa do máximo, e também se refere ao número de 896.892 mortos num estudo do mesmo problema feito pelo estatístico judeu Raul Hilberg. Rassinier nota que entretanto o Estado de Israel continua pedindo indenização por Seis Milhões de mortos, cada um representando cerca de 5.000 marcos.

EMIGRAÇÃO: A SOLUÇÃO FINAL

Prof. Rassinier é enfático em afirmar que o governo alemão jamais teve qualquer outra política outra que a emigração dos judeus para além-mar. Ele mostra que após a promulgação das Leis da Raça de Nürnberg em setembro de 1935, os alemães negociaram

com os ingleses para a transferência dos judeus alemães para a Palestina com base na Declaração Balfour. Quando isto falhou, eles pediram a outros países que os recebessem, mas recusaram (ibid., p. 20). O plano da Palestina reviveu em 1938, mas foi por água abaixo porque os alemães não podiam negociar sua saíde na base de 3.000.000 de marcos, conforme exigido pela Inglaterra, sem algum tipo de compensação. Apesar destas dificuldades, a Alemanha conseguiu garantir a emigração da maioria de seus judeus, principalmente para os Estados Unidos. Rassinier também se refere à recusa francesa do plano alemão de Madagascar no final de 1940. "Num relatório de 21 de agosto de 1942, o Secretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Terceiro Reich, Luther decidiu que seria possível negociar com a França nesta direção e descreveu conversações que tomaram lugar entre julho e dezembro de 1940, e que foram paradas seguindo a entrevista com Montoire em 13 de dezembro de 1940 por Pierre-Etienne Flandin, sucessor de Laval. Durante o ano de 1941 os alemães esperaram que poderiam reabrir estas negociações e trazê-las a uma solução feliz" (ibid., p. 108).

Após o começo da guerra, os judeus, quem, Rassinier nos relembra, haviam declarado guerra econômica e financeira à Alemanha já em 1933, foram internados em campos de concentração, "que é o modo como países por todo o mundo tratam estrangeiros inimigos em tempo de guerra... Foi decidido reagrupá-los e colocá-los para trabalhar em um imenso ghetto que, após a bem-sucedida invasão da Rússia, estava situado em direção ao final de 1941 nos chamados territórios orientais perto da antiga fronteira entre Rússia e Polônia: Auschwitz, Chelmno, Belzec, Majdanek, Treblinka, etc. Lá eles esperariam até o final da guerra pela reabertura das discussões internacionais que decidiriam seu futuro" (*Le Véritable Procès Eichmann*, p. 20). A ordem para a concentração no ghetto oriental foi dada por Goering a Heydrich, como notamos anteriormente, e era considerada um prelúdio "à desejada solução final", a emigração deles para o além-mar após o final da guerra.

ENORME FRAUDE

De grande preocupação ao Prof. Rassinier era o modo como a lenda do extermínio é deliberadamente explorada para vantagens políticas e financeiras, e nistom ele encontra a URSS e Israel agindo conjuntamente. Ele nota como, em 1950, uma avalanche de literatura exterminacionista fabricada apareceu sob o selo de duas organizações, tão impressionantemente sincronizadas em suas atividades que um bem poderia imaginar que estavam trabalhando em parceria. Uma era o "Comitê para a Investigação de Crimes e Criminosos de Guerra", estabelecido sob auspícios comunistas em Varsóvia, e a outra, o "Centro Mundial de Documentação Judaica Contemporânea", em Paris e Tel-Aviv. As publicações parecem aparecer em momentos favoráveis do momento político, e para a URSS e seu propósito é simplesmente manter a ameaça do nazismo como uma manobra de divergir atenção de suas próprias atividades.

Sobre Israel, Rassinier vê o Mito dos Seis Milhões como um problema puramente material. Em *Le Drame des Juifs Européens* (p. 31, 39), ele escreve:

"... É simplesmente uma questão de justificar por um número proporcional de

corpos os enormes subsídios que a Alemanha esteve pagando anualmente desde a guerra ao Estado de Israel, como reparação por danos que não pode afirmar que lhe atingiram legalmente ou moralmente, desde que não existia Estado de Israel quando os alegados acontecimentos aconteceram; portanto é um problema puramente material".

"Talvez a mim seja permitido lembrar aqui que o Estado de Israel só foi fundado em maio de 1948 e que os judeus eram nacionais de qualquer Estado menos Israel, para sublinhar as dimensões de uma fraude que desafia a descrição em qualquer idioma; de um lado a Alemanha paga a Israel somas que são calculadas sobre seis milhões de mortos, e do outro, desde que quatro quintos desses seis milhões estavam decididamente vivos ao final da guerra, ela está pagando somas substanciais como reparação pelas vítimas da Alemanha hitlerista àqueles que estão vivos em países através do mundo além de Israel e para os pedintes de direito daqueles que morreram, ou, em outras palavras, ela está pagando duplamente."

CONCLUSÃO

Podemos aqui resumidamente sumarizar os dados sobre as perdas de guerra judias:

Contrariamente ao número de 9 milhões de judeus no território ocupado pelos alemães conforme os julgamentos de Nürnberg e de Eichmann, já foi estabelecido que após grande imigração, aproximadamente 3 milhões estavam vivendo na Europa, sem contar URSS. Mesmo quando os judeus da URSS ocupada pelos alemães são incluídos (a maioria dos judeus russos foi evacuada além do controle alemão), o número total provavelmente não excede quatro milhões. O estatístico de Himmler, Richard Koherr, e o Centro Mundial de Documentação Judaica Contemporânea colocam o número respectivamente em 5.550.000 e 5.294.000 quando o território ocupado pelos alemães estava no máximo de extensão, mas ambas as estimativas incluem dois milhões de judeus do Báltico e Rússia ocidental sem contar os muitos que foram evacuados. Entretanto, já é uma admissão da última organização de que nem seis milhões de judeus existiam na Europa e Rússia ocidental combinadas.

Nada melhor para ilustrar a plausibilidade em queda da lenda dos Seis Milhões é o fato que a promotoria no julgamento de Eichmann deliberadamente evitou mencionar o número. Mais, as estimativas oficiais de perdas judias estão sendo rapidamente revisadas para baixo. Nossa análise das estatísticas de população e emigração, bem como os estudos do suíço *Baseler Nachrichten* e do Prof. Rassinier, demonstram que teria sido impossível o número de perdas judaicas ter excedido 1,5 milhão. É bem significante, portanto, que o Centro Mundial de Documentação Judaica Contemporânea em Paris afirma agora que apenas 1.485.292 judeus morreram de todas as causas durante a II Guerra Mundial, e apesar de ser um número ainda muito alto, já é bem diferente de Seis Milhões. Como dissemos antes, Rassinier estimou uma estimativa ainda menor de 896.892. Está-se começando a chegar num número realista, e o processo de revisão certamente irá continuar.

Sem dúvida, diversos milhares de judeus morreram no decurso da II Guerra Mundial, mas

deve ser visto no contexto de uma guerra que custou milhões de vidas de todos os lados. Para colocarmos as coisas em perspectiva, por exemplo, podemos apontar que 700.000 civis russos morreram durante o cerco de Leningrado, e que um total de 2.050.000 alemães morreram na repatriação forçada após a guerra.

MATANÇA IMAGINÁRIA

A questão mais pertinente à lenda do extermínio é, claro: quantos dos 3 milhões de judeus europeus debaixo do controle alemão sobreviveram após 1945? O Jewish Joint Distribution Committee estimou o número de sobreviventes em apenas 1,5 milhão, mas agora tal número é completamente inaceitável. É provado por um número crescente de judeus exigindo compensação do governo alemão ocidental por terem alegadamente sofrido entre 1939 e 1945. Em 1965, o número de pedintes registrados no governo alemão-ocidental havia triplicado em dez anos e chegava a 3.375.000 (Aufbau, 30 de junho de 1965). Nada poderia ser uima prova mais devastadora da fantasia dos Seis Milhões. A maioria dos pedintes são judeus, e não pode haver mais dúvida de que a maioria dos 3 milhões de judeus que viveram sob a ocupação nazista da Europa estão é bem vivos. É uma confirmação do fato de que as perdas judias durante a II Guerra Mundial só pode ser contada em milhares. Certamente é dor suficiente para o povo judeu. Mas quem tem o direito de inventar uma gigantesca matança em massa, marcando com vergonha eterna uma grande nação européia, bem como conseguir compensação monetária fraudulenta dela?

RICHARD HARWOOD é um escritor e especialista nos aspectos políticos e diplomáticos da II Guerra Mundial. No momento está na Universidade de Londres. Sr. Harwood se virou ao assunto dos crimes de guerra sob a influência do Prof. Paul Rassinier, a cujo monumental trabalho este pequeno volume tem grande débito. O autor agora trabalha numa seqüência desta série sobre o Julgamento de Nürnberg principal, 1945-46.

O original inglès (1974):
<http://zundelsite.org/english/harwood/Didsix01.htm>